

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

MIKAELA DAIANE PRESTES FLORIANO

**EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS
DISCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA E DA COMUNIDADE
SANTANENSE**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Santana do Livramento

2016

MIKAELA DAIANE PRESTES FLORIANO

**EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS
DISCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA E DA COMUNIDADE
SANTANENSE**

Trabalho de Curso apresentado como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
administração pela Universidade Federal do
Pampa - UNIPAMPA.

Orientador: Prof (a). Isabela Braga da Matta

Santana do Livramento

2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo (a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

F378e Floriano, Mikaela Daiane Prestes
EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS
DISCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA E DA
COMUNIDADE SANTANENSE / Mikaela Daiane Prestes Floriano.
107p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade
Federal do Pampa, ADMINISTRAÇÃO, 2016.
"Orientação: Isabela Braga da Matta".

1. Extensão Universitária. 2. Desenvolvimento Regional.
3. Universidade e Sociedade. 4. Universidade como agente
de desenvolvimento. I. Título.

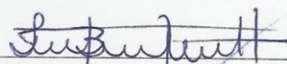
MIKAELA DAIANE PRESTES FLORIANO

**EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS
DISCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA E DA COMUNIDADE
SANTANENSE**

Trabalho de Curso apresentado como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
administração pela Universidade Federal do
Pampa - UNIPAMPA.

Área de Concentração: Administração.

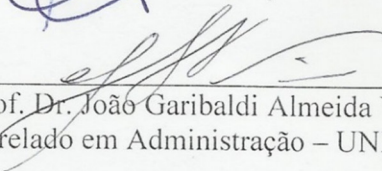
Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 18 de novembro de 2016.
Banca examinadora



Prof.Msc. Isabelá Braga da Matta
Bacharelado em Administração – UNIPAMPA



Prof. Dr. Sebastião Arilton Rosa Cerqueira Adão.
Bacharelado em Administração – UNIPAMPA



Prof. Dr. João Garibaldi Almeida Viana
Bacharelado em Administração – UNIPAMPA

AGRADECIMENTO

Fazer este breve agradecimento a todos àqueles que fizeram parte desta caminhada me parece fundamental. Pois, sem estas pessoas essenciais não teria chegado até aqui, até a conclusão desta etapa. Primeiramente agradeço a Deus que me permitiu chegar a este momento e me sustentou até aqui. Agradeço também a minha família.

Ao meu noivo André, sou imensamente grata pelo carinho, amor, amizade, apoio, compreensão, paciência e companheirismo em todas as horas, compartilhando comigo bons e maus momentos, noites sem dormir que antecediam provas e trabalhos e não me permitindo desistir nem desanimar frente as adversidades que apareceram ao longo da graduação.

À minha orientadora Isabela, pela paciência, por suas análises críticas, pelos imprescindíveis encaminhamentos, por sua dedicação, por aguentar meus momentos de pânico e alguns devaneios, e principalmente por seu apoio e carinho que foram fundamentais para o desenvolvimento dessa monografia.

Aos professores Sebastião Cerqueira e João Garibaldi, pela disponibilidade, pelas ponderações, críticas e apoio durante a defesa desta monografia, e por durante todo o período de graduação estarem sempre dispostos a colaborarem com meu crescimento acadêmico e pessoal.

À Jennifer, minha irmã de coração, que mesmo estando longe, através de seu constante apoio conseguiu me transmitir toda sua alegria, amor, motivação e carinho necessários durante todo período de graduação.

Ao Felipe, meu supervisor de estágio e amigo, que sempre que necessário contribuiu com seus conselhos e reflexões que me fizeram crescer como profissional e ser humano. Agradeço pela disponibilidade para discussões que agregaram muito conhecimento para o desenvolvimento deste estudo.

Aos colaboradores do IFSul Santana do Livramento que sempre ofereceram um ambiente de apoio a minha trajetória acadêmica. Agradeço em especial a Walkiria que sempre de maneira carinhosa me auxiliou quando necessário.

A todos os meus amigos, em especial Leonardo Perez, Rubney, Victoria, Vinícius Moreno, Bibiana, Andressa e Vinícius Duarte que sempre me deram força e proferiram palavras de incentivo para que esse objetivo se tornasse realidade.

Aos professores da UNIPAMPA, por dividirem seus conhecimentos, pelos debates e encaminhamentos durante esse período de estudo na instituição. Agradeço especialmente a professora Andressa Hennig, que sempre se mostrou disposta a dialogar e contribuiu com suas percepções e companheirismo.

A todos, os meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar a efetividade da UNIPAMPA Campus Santana do Livramento, como agente de desenvolvimento regional, a partir de suas ações de extensão. Especificamente buscou-se i) averiguar o conhecimento da comunidade santanense sobre as ações de extensão da UNIPAMPA, ii) identificar percepções dos discentes sobre essas ações, iii) identificar como elas estão colaborando para a UNIPAMPA se tornar um agente de desenvolvimento regional e iv) apontar seus benefícios e contribuições para o desenvolvimento da cidade de Santana do Livramento. Para tanto, realizou-se um estudo exploratório descritivo, de cunho qualitativo e quantitativo, usando como método o levantamento do tipo *Survey*. A pesquisa foi realizada com duas populações diferentes. Deste modo, realizou-se aplicação de questionários com 90 alunos que participam ou participaram da equipe executora de ações de extensão da UNIPAMPA, estes escolhidos através de uma amostragem não probabilística por julgamento, e 272 moradores de diferentes bairros da cidade de Santana do Livramento, determinados a partir do método de amostragem estratificada. Para de fato identificar a percepção dos discentes sobre as ações de extensão da UNIPAMPA e compreender de que maneira a universidade está colaborando para o desenvolvimento da região, foram elaborados dois constructos, e para validá-los foi utilizado o teste Alfa de Cronbach. Os resultados encontrados apontam que a Universidade Federal do Pampa, está, por meio de suas ações de extensão, colaborando com o desenvolvimento da região onde está inserida, servindo como agente transformador da realidade social, contribuindo para a produção de diversos saberes e os exteriorizando para serem aplicados na realidade local.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Desenvolvimento regional; Discentes; Sociedade;

ABSTRACT

The present research had as main objective to analyze the effectiveness of UNIPAMPA Campus Santana do Livramento, as agent of regional development, from its extension actions. Specifically, it was sought to: i) ascertain the knowledge of the community of Santana do Livramento on the extension actions of UNIPAMPA, ii) identify students' perceptions about these actions, iii) identify how they are collaborating for UNIPAMPA to become a regional development agent and iv) To point out its benefits and contributions to the development of the city of Santana do Livramento. For that, a descriptive exploratory study was carried out, qualitative and quantitative, using the survey method. The research was carried out with two different populations. In this way, questionnaires were applied with 90 students who participated in or participated in the team executing extension actions of UNIPAMPA, chosen by non-probabilistic sample by trial, and 272 residents of different districts of the city of Santana do Livramento, determined with the stratified method. In order to effectively identify the students' perception of UNIPAMPA's extension actions and to understand how the university is collaborating for the development of the region, two constructs were elaborated, and the Cronbach Alpha test was used to validate them. The results show that the UNIPAMPA is, through its extension actions, collaborating with the development of the region where it is inserted, serving as an agent transforming social reality, contributing to the production of different knowledge and externalizing it to Local reality.

Keyword: University Extension; Regional development; Students; Society;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Linha do tempo Extensão Universitária no Brasil.....	46
Figura 2– Localização dos <i>Campi</i> da UNIPAMPA pelo RS.....	62

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 Conhecimento sobre a presença da UNIPAMPA na cidade	69
Gráfico 2 - Como os respondentes conheceram a UNIPAMPA	70
Gráfico 3 - Conhecimento sobre os projetos de extensão da UNIPAMPA	71
Gráfico 4 - Projetos de Extensão da UNIPAMPA	72
Gráfico 5 - Representatividade dos alunos por curso	74
Gráfico 6 - Motivos que dificultam a participação dos discentes em ações de extensão	80
Gráfico 7 - Contribuições das ações de extensão para o desenvolvimento da cidade de Santana do Livramento (visão dos acadêmicos)	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil Sociodemográfico dos respondentes da comunidade santanense	66
Tabela 2 - Perfil Sociodemográfico dos respondentes discentes	68
Tabela 3- Conhecimento sobre a UNIPAMPA relação bairro	69
Tabela 4 - Participação dos respondentes em atividades da UNIPAMPA.....	71
Tabela 5 - Turno e tempo de estudo na UNIPAMPA.....	75
Tabela 6 - Constructo Percepção sobre Extensão Universitária	77
Tabela 7 – Estatística descritiva do constructo “Percepção sobre Extensão Universitária”	78
Tabela 8 - Constructo Extensão-Desenvolvimento	82
Tabela 9 – Estatística descritiva do constructo “Extensão-Desenvolvimento”	83
Tabela 10 - Características percebidas pelos discentes na relação da universidade com o meio externo	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Diretrizes para a Extensão Universitária.....	43
Quadro 2 - Áreas temáticas das ações de extensão	44
Quadro 3 - Explanação do instrumento de coleta de dados.....	52
Quadro 4 - Divisão de bairros para aplicação do instrumento de pesquisa.....	58
Quadro 5 - Classificação da confiabilidade a partir do coeficiente de Cronbach.....	60
Quadro 6 - Projetos realizados na UNIPAMPA Campus Santana do Livramento	63

LISTA DE SIGLAS

CINCRUTAC – Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária
CODAE – Coordenação de Atividades de Extensão
CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FOREXP – Fórum de Extensão das Instituições de Ensino Superior Particulares
FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Ensino Superior
IFS – Institutos Federais
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PNE – Plano Nacional de Educação
PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
PROCRED – Programa de Crédito Educativo
PROEXT – Programa de Apoio a Extensão Universitária
PROUNI – Programa Universidades Para Todos
RENEX – Rede Nacional de Extensão
SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

LISTA DE SÍMBOLOS

α - alpha

$<$ - menor

\leq - menor igual

$>$ - maior

\geq - maior igual

- aproximadamente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Problemática.....	19
1.2 Objetivos.....	20
1.2.1 Objetivo Geral.....	20
1.3 Justificativa.....	20
1.4 Estrutura do trabalho.....	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1 Desenvolvimento e Universidade.....	23
2.2 Universidade e Extensão Universitária no mundo e na América Latina.....	25
2.3 Universidade e o Ensino Superior Brasileiro.....	30
2.3.1 A Extensão Universitária no Brasil.....	34
3 MÉTODO.....	49
3.1 Tipo de pesquisa.....	49
3.2 Método escolhido.....	50
3.3 Técnica de coleta de dados.....	50
3.3.1 Pré-teste.....	52
3.4 Universo da pesquisa e amostragem.....	53
3.5 Aplicações do instrumento de coleta de dados.....	56
3.6 Técnica de análise dos dados.....	59
3.6.1 Alfa de Cronbach.....	59
3.7 Limitações da pesquisa.....	60
3.8 Local de Pesquisa.....	61
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	65
4.1.1 Perfil dos respondentes santanenses.....	65
4.1.2 Perfil dos respondentes discentes.....	67
4.1.3 Conhecimento da comunidade santanense sobre as ações de extensão da UNIPAMPA.....	68
4.1.4 Percepção dos discentes sobre as ações de extensão da UNIPAMPA.....	74
4.1.5 A UNIPAMPA como agente de desenvolvimento regional.....	81
4.1.6 Benefícios e contribuições das ações de extensão da UNIPAMPA para o desenvolvimento da cidade de Santana do Livramento.....	87
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91

REFERÊNCIAS	94
APÊNDICES	100
ANEXO	106

INTRODUÇÃO

As universidades brasileiras passam por diversos questionamentos sobre o seu papel na sociedade contemporânea, onde, além de sua já comprovada importância na formação pessoal e profissional dos estudantes, é notável a participação das instituições no desenvolvimento das regiões onde estão inseridas, dado os impactos que a implantação destas instituições resultam em médio e longo prazo para a comunidade. O papel das universidades no desenvolvimento regional vem crescendo nos últimos anos, tornando-se um elemento-chave deste processo, em função, dentre outras coisas, da produção de inovação (ROLIM; SERRA, 2009). Para Silva (2003, p. 13), a universidade “é uma instituição de fundamental importância justamente por mediar o mundo social e a ciência, ocupando uma posição estratégica na dinâmica dos processos de formação em nível superior e nos processos de inovação”. Sendo esta inovação um elemento fundamental no processo de progresso e mudança social.

Tendo como base a Teoria de Desenvolvimento Local Endógeno, que considera os fatores internos da sociedade fontes para o alcance de seu próprio crescimento (SOUZA, 2009), torna-se possível afirmar a significativa importância das universidades no processo de transformação socioeconômica da região. Isto porque a cooperação entre instituições de ensino e demais atores locais permite a manutenção de diversos aspectos econômicos e sociais que incorporam as políticas públicas, contribuindo de maneira efetiva no desenvolvimento da região.

Neste contexto, de busca por uma relação cooperativa entre academia e exterior, tem-se a tríade ensino, pesquisa e extensão, pilares de sustentação das Universidades. Esse tripé serve como mecanismo de fomento dentro das instituições, que promovem não somente a formação profissional e cultural completa dos estudantes, mas também, conduzida de forma articulada, possibilitará a universidade trabalhar de forma efetiva no crescimento da comunidade. Desta forma, têm-se as práticas de Extensão Universitária como elo entre academia e sociedade, tratando-se da relação do saber científico da academia com o exterior.

Conceitualmente, de acordo com o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1997, p. 1), a Extensão “é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”. Por tanto, as pesquisas e ações extensionistas realizadas pela academia tornam-se importantes para o processo de ensino uma vez que

concebe um debate entre a teoria e a prática e da mesma maneira torna possível a comunicação do meio acadêmico com as questões sociais do ambiente.

A Extensão Universitária desempenha função vital na formação das universidades, sendo notável desde o início da implantação do ensino superior no país a busca por atividades vindas das instituições que beneficiassem as classes menos favorecidas. Este estímulo presente na relação entre comunidade e academia, possibilita uma reflexão sobre os processos de produção de conhecimento, inovação e a maneira que a universidade poderá intervir em problemas sociais, por conseguinte no desenvolvimento da região. A extensão universitária fica então reafirmada como processo acadêmico indispensável na formação dos alunos, na qualificação dos professores e na troca com a sociedade (FORPROEX, 1987). O Plano Nacional de Extensão Universitária prevê como contrapartida à universidade, que as práticas extensionistas favoreçam de maneira imediata o aprendizado concreto dos membros da academia envolvidos nos projetos, buscando que os mesmos venham empoderar-se de conhecimento prático e de vivência com a comunidade, os preparando para atuação como agentes transformadores.

Entretanto, apesar da já decorrida importância da Extensão Universitária como ferramenta de socialização das universidades e articuladora do ensino e pesquisa, é debatido por diversos autores sobre a igualdade hierárquica da extensão frente às demais funções da universidade. As práticas de extensão vêm ocupando dentro das Universidades, relacionado às outras atividades, um posicionamento pouco beneficiado (SOUSA, 2010). Este debate presume que a função da extensão não é corretamente vista pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e também, muitas vezes, torna-se de menos valia na construção concreta do saber e conhecimento se comparado ao ensino e a pesquisa.

Desta forma, é possível notar que os membros envolvidos neste tipo de ação necessitam perceber de fato o real valor da troca de conhecimento e, por conseguinte, possam estruturar institucionalmente a extensão, como feito com o ensino e a pesquisa. Esta institucionalização vem sendo aconselhada como primordial pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX) desde sua quinta edição. Busca-se com a divergência exposta, de forma restrita e inicial, instituir conhecimento sobre a visão que a extensão vem tendo de acordo com outros estudos; Sendo tal visão fundamental para o segmento desta pesquisa.

As características e debates citados sobre Extensão Universitária são motivos de diversas pesquisas e inspiram este estudo que possuirá como foco observar e analisar a

percepção da comunidade santanense e acadêmica sobre os projetos de Extensão Universitária realizados pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), bem como construir uma crítica frente a importância da implantação da universidade nesta região. Assim, instigando o interesse da comunidade através da demonstração da importância desta função para o desenvolvimento regional e acadêmico, servindo também como ferramenta de avaliação e controle para a universidade e inspirando a ampliação de novos estudos acerca do tema.

1.1 Problemática

Os distintos desafios da sociedade contemporânea prevêm uma postura mais dinâmica das universidades, fazendo destas efetivamente comprometidas e atuantes com as necessidades do corpo social. Tendo os discentes como os principais mediadores da relação academia-sociedade e a educação como epicentro no processo de avanço regional, o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano nacional de Pós-Graduação (PNPG) e diversos documentos institucionais, caracterizam a tríade ensino, pesquisa e extensão como práticas desenvolvimentistas de alunos e sociedade.

A Extensão Universitária ocupa papel de destaque no que diz respeito à missão social da universidade, pois ela permitirá a produção e disseminação do conhecimento educativo, científico e cultural para o meio externo. Considerando esta ferramenta essencial no processo de inferência e mudança social e tendo em vista a necessidade de mecanismos de avaliação deste tipo de ação, surgem diversos questionamentos sobre o papel que as práticas extensionistas vêm cumprindo, quais contribuições da universidade estão sendo agregadas para o desenvolvimento da região e qual a visão da comunidade sobre o diferencial da universidade na realidade local. Assim sendo, esta pesquisa estudará o papel da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) como instrumento de desenvolvimento regional através de suas ações de extensão. Espera-se através de um comparativo entre a percepção dos discentes que já participaram de ações de extensão realizadas pela universidade e sob a ótica da comunidade santanense sobre estas ações, responder a seguinte pergunta de pesquisa: **Qual a efetividade da Universidade Federal do Pampa Campus Santana do Livramento como agente de desenvolvimento regional, a partir de suas ações de extensão?**

1.2 Objetivos

Para responder a pergunta de pesquisa acima, elaboram-se os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a efetividade da UNIPAMPA Campus Santana do Livramento, como agente de desenvolvimento regional, a partir de suas ações de extensão.

Objetivos Específicos

- a) Averiguar o conhecimento da comunidade santanense sobre as ações de extensão da UNIPAMPA;
- b) Identificar percepções dos discentes sobre as ações de extensão da UNIPAMPA;
- c) Identificar como as ações de extensão colaboram para a UNIPAMPA se tornar um agente de desenvolvimento regional;
- d) Apontar benefícios e contribuições das ações de extensão da UNIPAMPA para o desenvolvimento da cidade de Santana do Livramento.

1.3 Justificativa

Estudar as funções da Universidade permite entender a relevância da contribuição e da implantação das instituições de ensino nas mais diversas regiões do país. Conseguir identificar o impacto das instituições no desenvolvimento regional/local, mostra-se primordial na definição do papel da universidade na sociedade. Sabendo-se disso, é pertinente pesquisar sobre o papel propulsor das IES no desenvolvimento social da região. O tripé ensino – pesquisa – extensão é o alicerce das universidades públicas brasileiras, que permite a formação profissional, a geração de novos conhecimentos e a disseminação destes para todos interessados. Como citado anteriormente, a extensão universitária surge como elo entre o saber produzido na academia e a sociedade, promovendo o encontro entre diferentes tipos de conhecimento e permitindo a universidade o cumprimento de sua missão social.

Passados dez anos de sua criação e implementação da UNIPAMPA na cidade de Santana do Livramento, questiona-se como as práticas extensionistas realizadas estão contribuindo para o processo de desenvolvimento do município e de que maneira tais práticas estão sendo vistas pela comunidade acadêmica e sociedade em geral. Inicialmente justifica-se a realização dessa pesquisa em virtude do objetivo de inserção da Universidade nesta cidade, que de maneira sucinta é a criação de novas oportunidades de desenvolvimento para a região. Sabe-se também que a missão da instituição é preparar seus alunos através de ensino de qualidade, com vistas a profissionais comprometidos e capacitados para a atuação em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional, esta pesquisa procura demonstrar a importância da integração do aluno na realidade da comunidade, adquirindo conhecimentos que vão além dos técnico-científicos.

Verifica-se a existência de estudos sobre as atividades de extensão realizadas pela UNIPAMPA e o impacto que a universidade vem tendo no desenvolvimento da região, entretanto, em virtude de ser uma instituição nova, poucas são as pesquisas referentes à forma que suas ações estão colaborando para o bem-estar da comunidade. Desta, maneira, mostrou-se necessário conhecer a percepção da comunidade sobre as atividades de extensão da universidade e a forma com que os discentes a percebem. Pouco também foi escrito até hoje sobre este tema em nível nacional, quando procurados estudos sobre este tema dificilmente são encontradas pesquisas estudando as ações de extensão como um todo e os possíveis impactos gerados por estas. Nesse contexto, surge a necessidade de se compreender, especificamente, a visão da comunidade sobre ações de extensão realizadas pelas universidades e como estes estão contribuindo no avanço social do coletivo.

Por fim, acredita-se que esta pesquisa possa contribuir para que a universidade consiga enxergar de maneira mais substancial a efetividade de seus projetos, programas, eventos e ações referente a extensão universitária.

1.4 Estrutura do trabalho

Esta pesquisa está estruturada da seguinte maneira: no primeiro capítulo apresenta-se a introdução do estudo, onde se encontram o objeto estudado, os objetivos, a problemática e a justificativa. Posteriormente, no segundo capítulo, encontra-se a revisão da literatura que dará base para esta pesquisa, onde se encontram as considerações e reflexões de diversos autores sobre os temas desenvolvimento, universidade e extensão universitária.

Os procedimentos metodológicos utilizados são apresentados no capítulo três, onde se aborda o método escolhido, o instrumento de coleta de dados, a aplicação do instrumento e a técnica de análise dos dados. O capítulo quatro traz a apresentação e as informações pertinentes sobre o local onde será realizado este estudo. A análise e discussões dos dados coletados encontram-se no quinto capítulo. O sexto capítulo traz as considerações finais desta pesquisa. Por fim, são apresentadas as referências utilizadas no presente estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Demonstram-se nesse capítulo um referencial teórico abordando os principais conceitos utilizados nesta pesquisa. Traz-se conceitos de Desenvolvimento Local, Universidade e Extensão Universitária, discute-se também a proximidade da IES com a sociedade e as múltiplas funções assumidas pelas universidades com o social e a produção de conhecimento.

2.1 Desenvolvimento e Universidade

Diversos são os debates acerca de um conceito formal de desenvolvimento. Entretanto, inúmeros autores deixam clara a distinção que deve ser feita entre desenvolvimento e crescimento econômico, uma vez que este último trata-se de um fator necessário para que o primeiro aconteça. Independentemente de como se conceitue e as premissas que devem ser seguidas sabe-se que o desenvolvimento deve desencadear do crescimento econômico e da melhoria na qualidade de vida do coletivo (OLIVEIRA, 2002). O autor considera que desenvolvimento é o crescimento complexo de diversas ordens que irão satisfazer diversas necessidades do ser humano. Deste pressuposto parte o conceito de desenvolvimento local.

Segundo Buarque (2008, p.9) desenvolvimento local é “um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”. Assim, pode-se entender esse processo como um mecanismo que visa às melhorias sociais e econômicas de maneira sustentável para um determinado local. Partindo deste princípio, mostra-se necessário o engajamento de todos agentes que interferem no andamento e nas potencialidades de determinada comunidade para que se possam obter avanços significativos do coletivo.

A teoria do desenvolvimento endógeno prevê que o crescimento de determinada região está ligado diretamente com as fontes internas desse local. Nesse sentido, tem-se que os meios e as condições necessárias para o desenvolvimento e crescimento de determinada região estão dentro de si mesmas, através de seus agentes (SOUZA, 2009). Considera-se portanto, que governo em suas três esferas, empresas públicas e privadas, universidades, centros de pesquisas, associações, comunidade, entre outros, são responsáveis pelo processo de renovação e melhoria da sociedade.

Santos (2013) salienta que para que haja desenvolvimento local faz-se necessário o crescimento econômico de uma região, mas destaca que esse crescimento se mostra insuficiente e não garante a existência de justiça social e nem de melhoria na qualidade de vida de uma população. Nesse contexto, e sob influência da globalização e das exigências do mercado por inovação, a Universidade vem se tornando agente de grande relevância dentro da sociedade, tornando-se essencial para que se possa manter continuamente o processo de desenvolvimento.

Isso porque, à medida que o desenvolvimento passa a ser visto como uma visão de futuro, a universidade, através da produção de conhecimento e da atualização e socialização dos indivíduos, transforma-se em um mecanismo de renovação permanente. Portanto, torna-se possível afirmar a necessidade de interação e integração, numa perspectiva de desenvolvimento, entre Universidade e os demais agentes da sociedade (NICÁCIO, 2009).

Nicácio (2009) evidencia a universidade como uma prestadora de serviço, sendo esta relação com a comunidade um processo de transmissão do conhecimento desenvolvido dentro da academia. Nesse sentido, as práticas de ensino, o conhecimento oferecido através de pesquisas e as ações de extensão cumprem o objetivo de inserção da universidade no processo de crescimento da região na qual está inserida. Na mesma perspectiva, Goenel e Miura (2004) definem que as funções da universidade desenvolvem recursos humanos locais e regionais colaborando com o desenvolvimento socioeconômico.

Nicácio (2009, p.6) estabelece os seguintes papéis da universidade no processo de desenvolvimento regional:

- a) ajudar a mudar as condições socioeconômicas da região ou município;
- b) acelerar o desenvolvimento econômico e social de sua região;
- c) ajudar os indivíduos a adaptarem-se a mudanças na sociedade;
- d) aplicar os conhecimentos da ciência e a pesquisa aos problemas regionais;
- e) criar uma reação em cadeia que resultem em melhores condições econômicas e de qualidade de vida;
- f) estender a sociedade conhecimentos e habilidades, para melhoria do seu nível de vida;
- g) estimular o desenvolvimento do próprio indivíduo;
- h) inserir a região através da pesquisa e da extensão, aos programas de desenvolvimento do país;
- i) promover a divulgação da informação e do conhecimento.

Nesta perspectiva, pode-se perceber que as universidades estão incumbidas de propagar seus conhecimentos promovendo a desestagnação econômica e o crescimento igual

de todas as partes da sociedade. Salienta-se que este compromisso deve ser realizado em parceria com outros atores sociais.

Mais do que colaborar para a melhoria econômica e formar agentes qualificados para o mercado de trabalho regional, a universidade, como organização social, tem por missão a formação de indivíduos que projetem o bem-estar da comunidade, ou seja, que estejam comprometidos socialmente com seu meio. Esse processo de interação das IES com a comunidade local garante uma construção de conhecimento motivador para a transformação social, por conseguinte, as instituições necessitam assegurar não somente o ensino através de teorias de sala de aula, mas também necessitam contribuir de maneira a orientar seus estudantes para as práticas sociais com um olhar direcionado à comunidade (REIS; BANDOS, 2012).

As universidades públicas nascem com a finalidade de possibilitar a transformação social de uma localidade através de sua qualidade de ensino e disseminação de conhecimento. Santos (2013) entende a criação das universidades públicas brasileiras como forma de atender às necessidades do país, e, através da formação técnica, científica e profissional, favorecer o desenvolvimento econômico, social, cultural e político. Como anteriormente mencionado, as funções ensino pesquisa e extensão, trabalhadas de forma articulada, permitem a atuação da academia no meio externo, fortalecendo a sociedade e a própria instituição. Enfatiza-se que a relação da universidade de forma direta com os problemas e desafios da sociedade acontecem através das atividades promovidas pela função de extensão universitária (FORPROEX, 2007).

Diante dos conceitos e entendimentos expostos, fica evidenciada a importância da universidade no processo de desenvolvimento regional. As IES devem acompanhar a complexidade e as necessidades da sociedade, mediando o social e a ciência, impactando de maneira positiva as políticas, a economia e demais aspectos que desenvolvem uma região. Não somente os fatores e índices econômicos acarretados na presença e na colaboração de uma universidade devem ser percebidos, o impacto social que uma instituição geradora de conhecimento pode oferecer para uma determinada região deve ser classificado como fator primordial nas estratégias de desenvolvimento regional.

2.2 Universidade e Extensão Universitária no mundo e na América Latina

A universidade, tal como a se conhece hoje, é um reflexo das projeções feitas pela história do ensino superior. Sua identidade, bem como sua missão e diretrizes surgem das

necessidades da população. Em síntese, pode-se dizer que a evolução da universidade assemelha-se com o desenvolvimento da sociedade. Em vista disso, Fagundes (1985, p.12) salienta que “a universidade, enquanto instituição social é perpassada pela lógica do contexto socioeconômico, político e cultural que a circunscreve”. Segundo o autor, a universidade ocidental teve início em plena idade média, precisamente no século XII, onde se constituiu de maneira corporativa e, sob amparo da igreja, adquiriu marcantes características da “Universitas Scholarium” de Bolonha (1100) e da “Universitas Magistrorum” de Paris (1150). Salienta-se que a criação destas universidades se deu por iniciativa de estudantes que mais tarde se tornaram administradores das mesmas.

O movimento social das universidades medievais deu-se através do ensino, não aplicando-se ao contexto da época a extensão como função da universidade. Com o início da Revolução Industrial, e já estando sob forte influência do pensamento renascentista e da Reforma Protestante, a universidade do período medieval do século XVIII vê suas funções reformuladas e, a fim de responder a novas demandas sociais, cede espaço de forma comedida para a universidade moderna (SOUSA, 2010). Fagundes (1985) responsabiliza esta mudança lenta da universidade à evolução pouco enérgica da sociedade. Sousa (2010, p. 14) esclarece que a nova concepção da educação “leva as universidades a se preocuparem com a prestação de serviços que deveriam oferecer as comunidades”. A autora ainda observa que a extensão universitária inicia sua concepção como função da universidade a partir deste momento.

A moderna universidade francesa, fundada na metade do século XII, apresentava preocupações com o ensino especializado, onde cada profissão possuiria sua faculdade, e com a necessidade de uma educação continuada. Logo, tornando-se responsável pela propagação do saber científico e técnico. Da mesma forma, após as transições e mudanças ocasionadas durante o período da Revolução Industrial, a universidade inglesa preocupou-se com a preparação técnica da população para que de fato pudessem contribuir com as novas demandas existentes. Assim, mesmo de maneira principiante, Sousa (2010) reconhece nesta forma de atuação o aparecimento institucionalizado da extensão.

As universidades alemãs surgem em 1810 com a criação da Universidade de Berlim que estruturou-se de forma precisa, tendo como ênfase a pesquisa. Enquanto as universidades na Alemanha estruturavam-se, nos Estados Unidos diversos *colleges* já estavam em funcionamento, sendo desenvolvidos com base no modelo de Oxford e Cambridge. Estes colégios disseminavam a ideologia iniciada por João Calvino em Genebra para os futuros pregadores e estudos clássicos aos jovens da classe alta. Benjamin Franklin fundou, em 1740,

a Faculdade da Filadélfia, que mais tarde transformou-se na primeira universidade norte-americana, denominada Universidade da Pensilvânia (1765), tendo como princípio básico que a educação deveria “servir à comunidade” (KERR, 2005).

Pode-se afirmar que concomitantemente ao surgimento dos primeiros moldes da extensão, a pesquisa também foi introduzida dentro da realidade das universidades. As Universidades Populares surgem na Europa objetivando a disseminação de conhecimentos técnicos à população. E segundo Souza (2005) as propagações destes conhecimentos reiniciaram o debate sobre as funções sociais das universidades, pois através da troca de saberes gerou-se uma relação extensa entre universidade e população. Segundo Paula (2013) a extensão universitária seguiu sua trajetória inicialmente na Inglaterra, passando para Bélgica, e brevemente espalhou-se para todo continente europeu.

O conceito de extensão universitária surgiu no continente americano, nos Estados Unidos, através da criação da American Society for the Extension of Teaching, que fomentou as atividades de extensão em todo norte do continente (PAULA, 2013). As universidades do continente americano se baseiam em duas linhas distintas, sendo a Universidade Norte-Americana seguidora do modelo da Universidade Alemã, que tem como ênfase a pesquisa, e a Universidades Latino-Americanas seguidora do modelo de universidade francês (SOUSA, 2010).

Por iniciativa de estudantes, em 1918, na Argentina, o Manifesto de Córdoba registrado no Congresso Internacional de Estudantes do México (1921), trouxe diversas críticas à universidade e acabou por influenciar as demais universidades do continente Latino-Americano. Gurgel (1986, p. 36) traz as principais reivindicações feitas pelo Manifesto, sendo estas: a universidade não tinha espírito científico; a instituição estava controlada pela oligarquia, mais acesso à universidade; mais autonomia para a docência; mais financiamentos; exigiam o fim da ditadura e do imperialismo; gratuidade do ensino. Sousa (2010) afirma que este Manifesto foi um marco histórico onde as universidades assumem suas obrigações sociais. Para Andrade Oliveira e De Azevedo (2008) o manifesto também foi uma referência importante para a compreensão dos processos de reforma universitária em países latino-americanos.

O Manifesto de Córdoba ofereceu a inserção dos estudantes nos problemas sociais da realidade em que estavam inseridos, serviu como introdutor dos princípios que norteariam as reformas universitárias necessárias na época, propôs mudanças estruturais administrativas e foi um marco no reconhecimento da extensão universitária como função que compõem a

missão das IES. Considera-se, portanto, que “a extensão universitária veio gradativamente fortalecer a universidade pela divulgação da cultura universitária ao povo e pelo envolvimento com os problemas sociais de cada país” (SOUZA, 2005, p.254).

Passados quase cem anos do Manifesto de Córdoba, sob um panorama superficial, se pode notar que as atividades de extensão na América Latina, apesar do momento econômico, político e social, vem evoluindo e respondendo as necessidades das comunidades. Pesquisas mostram que a comunidade universitária apropriou-se das práticas extensionistas para desenvolverem a sociedade e também como forma de melhorar suas próprias competências. No entanto, tais pesquisas sinalizam que a necessidade dessa função dentro das universidades vem sendo pouco compreendida pelas instituições Latino-Americanas (SOUZA, 2005). Como se percebe na análise feita por Sánchez de Mantrana (2004, p.93), que evidencia as contribuições dadas pelas atividades de extensão e retrata os principais interessados nessa função da universidade:

La Extensión Universitaria es una realidad práctica que surge de las respuestas del colectivo universitario a las necesidades sociales del entorno y no necesariamente responde a un proyecto institucional ni a la políticas universitaria definidas. Las actividades de extensión contribuyen a la formación integral de los educandos cuando éstos participan en ellas; asimismo se presentan como alternativas educacionales y como mecanismos de actualización o perfeccionamiento de conocimientos técnicos y profesionales¹.

Compreende-se que algumas IES do continente Latino-Americano, mesmo sobre influência das reformas universitárias do passado, não conseguem incorporar de forma completa as práticas de extensão universitária como atividades essenciais e pontuais de formação de seus acadêmicos e enfrentam alguns obstáculos no que diz respeito a sua institucionalização. Sobre isso, Fresán Orozco (2004, p.49) destaca que “el fortalecimiento de esta función social de la Universidad Pública requirió de varias décadas para consolidarse como una tarea central de las instituciones de educación superior, y se encuentra lejos de lograrlo en muchas instituciones²”.

¹ “A Extensão Universitária é uma realidade prática que surge das respostas da comunidade universitária para as necessidades sociais do ambiente e não necessariamente responde a projetos ou políticas institucionais. As atividades de extensão contribuem para a formação integral dos alunos quando estes participam destas; Do mesmo modo são apresentadas como alternativas educacionais e como mecanismo para a atualização ou melhoria das competências técnicas e profissionais.” Sánchez de Mantrana (2004, p.93, tradução nossa).

² “O fortalecimento da função social da Universidade Pública necessitou de várias décadas para se estabelecer como uma tarefa central das instituições de ensino superior, e ainda encontra-se longe de se alcançar em muitas instituições.” FresánOrozco (2004, p. 49, tradução nossa).

Em entrevista concedida a Revista Brasileira de Extensão Universitária, Teixeira (2015), professor da Faculdade de Economia e Vice-Reitor de Formação e Organização Acadêmica da Universidade de Porto em Portugal que desempenha a função de diretor do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPE), apresenta a atual situação da extensão universitária na Europa.

Denominada como “Terceira Missão”, a extensão universitária vem recebendo cuidado especial das universidades européias, segundo ele esta situação se deve por três principais motivos, a saber: preocupação dos governos e das universidades sobre as necessidades econômicas e sociais dos países, a terceira missão também tem sido uma forma de conquista de novos recursos para as universidades e a conscientização da universidade sobre a importância de seu papel para a formação de uma sociedade baseada no conhecimento.

Assim sendo, compreende-se que tanto governo quanto universidade veem na extensão universitária uma saída para solucionar distintos problemas, de um lado as instituições beneficiam-se com a obtenção de recursos e desenvolvimento de seus acadêmicos e de outro o governo garante que as universidades realizem efetivamente seu papel na contribuição com o desenvolvimento do país.

Referente à similaridade e as diferenças da compreensão da extensão nos países da América Latina e da Europa, Teixeira (2015) ressalta a similar preocupação dos países de ambos continentes com o compromisso das Universidades ao meio em que estão inseridas, dentre as distinções destaca-se o comprometimento mais acentuado dos governos europeus para com o ensino superior, se comparado com os países Latino-Americanos. Do mesmo modo são evidentes as diferentes condições econômicas e sociais dos países, o que influi diretamente em recursos financeiros mais generosos nos países da Europa.

Conforme o exposto observa-se que desde seu surgimento a extensão universitária vem tomando formas mais concretas e abrangendo um maior espaço nas universidades do mundo. O surgimento destas atividades advém das demandas sociais da população, entretanto, pode-se notar uma breve diferenciação na essência das necessidades que são supridas, na Europa a universidade cumpre o papel de fornecedora de diferentes conhecimentos técnicos à população, já as atividades de extensão das universidades americanas descrevem-se pela ideia de prestação de serviços. O que se pode notar é que a partir das primeiras manifestações a respeito da extensão como função das universidades, a relação universidade – sociedade apresenta-se em constante movimento. A universidade encontrou na comunidade uma importante oportunidade de desenvolvimento dos processos educacionais e em contrapartida

oferece diversas contribuições aos cidadãos, seja através de seus projetos ou como articuladora do ensino e da pesquisa.

2.3 Universidade e o Ensino Superior Brasileiro

A história e a concepção da Extensão Universitária no Brasil esta diretamente ligada à história da educação no país. Botomé (1996, p.25), afirma que “a identidade da instituição universitária parece ser uma base fundamental para o exame do que constitui a extensão que a instituição pretende fazer de si mesma para a sociedade”. Desta maneira, para se falar sobre o papel da extensão e as contribuições que esta vem oferecendo a sociedade, torna-se necessário uma breve contextualização dos principais fatos relacionados ao surgimento do Ensino Superior e das Universidades no Brasil.

Segundo Wanderley (1988) universidade é um local de divulgação da cultura universal, ciência e de formação profissional, que hoje se configura como um instrumento para a transformação social. No Brasil, após diversas tentativas de criação de instituições de ensino superior durante o período colonial, o país somente viu surgir seus primeiros cursos superiores em estabelecimentos isolados a partir do ano de 1808 com a criação do Colégio Médico–Cirúrgico, que teve sua implantação devido a vinda da família real portuguesa para o país. A primeira instituição intitulada como universidade do país na cidade de Manaus em 1909. Mediante o fim da prosperidade econômica da região, gerada pelo fim da exploração da borracha, a instituição que ofertava cursos de engenharia, medicina, direito, farmácia e odontologia, acabou por encerrar suas atividades no ano de 1926 (CUNHA, 2015). Os anos que sucederam o fim da primeira universidade brasileira foram marcados pela tentativa de criação e sustentação de novas instituições por intermédio de iniciativas do governo federal e governos estaduais. Porém, poucas conseguiram perdurar no país.

Algumas iniciativas no campo educacional puderam ser vistas durante o governo do presidente Getúlio Vargas, sendo a ação de principal destaque a criação do Ministério da Educação, em 14 de novembro de 1930 (PALMA FILHO, 2005). Outros dois importantes eventos que marcam este período são a promulgação do Decreto 5.616, em 28 de novembro de 1928, e do Decreto 19.851, em 11 de abril de 1931. O primeiro trata das políticas de instalação de novas universidades estaduais, prevendo a autonomia administrativa, econômica e didática das instituições e estabelecendo a forma de ingresso dos alunos, que deveria ocorrer de acordo com os requisitos legais das universidades federais. Batizado como Estatuto das

Universidades Brasileiras, o Decreto 19.851 constituía padrões legais das IES, explicando a forma que seria instituída novas universidades, a constituição de seus órgãos deliberativos, nomeação do corpo diretivo e a obrigatoriedade do credenciamento dos cursos superiores junto ao Ministério da Educação para que fossem validados os diplomas outorgados (CUNHA, 2015).

De acordo com Silva (2008) foram criadas diversas universidades públicas e privadas no período de vinte anos, destacando-se a atuação da Igreja Católica neste cenário de concepção de novas instituições através da implantação das Pontifícias Universidades Católicas – PUCs nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Santos e Cerqueira (2009) concluem que o sistema educacional, principalmente o ensino superior brasileiro, caminhou a passos lentos até 1960. Nesta época, as principais mudanças nas instituições de ensino ocorreram em suas estruturas organizacionais, isto porque a população mundial encontrava-se em rápido avanço e sobre grande influência das premissas da teoria administrativa de Frederick Taylor, que acabou por influenciar na setorização de suas funções administrativas (SILVA, 2008).

A reforma da educação com a lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, elaborada a partir da grande demanda por cursos superiores, expandiu e favoreceu a criação de novas IES. Junto ao Decreto-Lei nº 464 de 11 de fevereiro de 1969, a Reforma de 68 estipulou mudanças na forma de ingresso, durabilidade dos cursos, dedicação exclusiva de professores, institucionalização da pesquisa, a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, dentre outras mudanças no ensino superior brasileiro (SILVA, 2008). Algumas propostas por trás desta reforma mostravam a educação como mecanismo de desenvolvimento e um serviço do sistema produtivo, tal como uma organização privada, que deveria apresentar maior produtividade e eficácia para o sistema universitário. Sugeriu-se também a racionalização de recursos financeiros, materiais e humanos, bem como a cobrança de mensalidade dos alunos de universidades públicas (PAULA, 2002).

Além da reestruturação no formato administrativo e algumas mudanças nas atividades das instituições de ensino, durante este período o movimento estudantil brasileiro ganhava força e buscava mudanças na educação do país, além de vir se vinha manifestando contra a agressão a democracia (SANFELICE, 1986). Segundo Santos e Cerqueira (2009) o movimento estudantil buscou a reforma estrutural e rompimento com os compromissos feitos pelo Estado Novo. Os autores ainda concluem que o objetivo deste movimento era o aumento

das vagas gratuitas nas universidades públicas e o envolvimento das instituições no desenvolvimento social do país.

Em defesa da universidade pública, o movimento estudantil foi um dos maiores empenhados em desacordo ao regime militar, entretanto, após decreto-lei do governo foram proibidas quaisquer formas de manifestações de caráter político-partidário através de incitações estudantis. Esta prescrição gerou atitudes severas dos estudantes, que culminaram em passeatas e diversos embates entre acadêmicos e apoiadores do então governo (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

As mudanças no cenário político, econômico e cultural, ocorridas na década de 60, foram motivos de grande influência nas características estruturais das universidades. Silva (2008) esclarece que as IES, inicialmente localizadas nos centros urbanos, acabaram por migrar para as periferias das cidades, originando os chamados *campus*. Entretanto, devido a problemas financeiros e administrativos, esta nova infraestrutura foi posta de lado. As décadas seguintes são marcadas por fatos políticos que acarretaram modificações nas políticas educacionais do país, como por exemplo, a diminuição de ofertas de novos cursos de ensino superior público e de novas IES.

A Carta Magna de 1988 trouxe a educação como direito social, garantindo-a principalmente a crianças e adolescentes (GHIRALDELLI JUNIOR, 2009). Entretanto, apesar da obrigatoriedade constitucional da educação e da criação de novas IES, mostrou-se evidente o retrocesso em políticas que tratassem do avanço do ensino superior público no país. Sobre isto, Paula (2008, p.79) afirma que:

A política neoliberal do Estado para as universidades brasileiras, iniciada na segunda metade da década de 1980 e aprofundada pelos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, apresentou como características um desinvestimento do Estado no campo da pesquisa científica e tecnológica e um abandono em relação ao ensino universitário público, sobretudo de graduação, base da formação superior.

Verifica-se, portanto, que as políticas governamentais do final do século XX ocasionaram o aumento do ensino superior de forma privada no Brasil. Para Santos e Cerqueira (2009), o crescimento da classe média e a geração de novas oportunidades de emprego acarretaram no aumento da procura por cursos superiores no país, tornando-se um grande negócio para empresários que viam na necessidade da sociedade uma maneira de ganhar dinheiro.

Em 25 de junho de 1992, durante o governo do presidente Fernando Collor, foi instituído o Programa de Crédito Educativo (PROCRED) designado a custear matrículas e mensalidades em IES para estudantes carentes que iniciavam seus estudos em cursos de graduação. A reforma universitária dos anos 90 teve início efetivo a partir da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que caracterizou as universidades não somente pela indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, mas também pela produção científica e seu corpo docente. Do mesmo modo reparou a forma de avaliação dos cursos e das universidades, estipulando o Exame Nacional de Cursos como item necessário para a diplomação de alunos e, dentre outras coisas, instituiu o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como forma alternativa de ingresso nas universidades (CUNHA, 2015).

O final do século XX era marcado pelo agravamento das dívidas fiscais de instituições de ensino superior privado e pela crise das universidades públicas, reflexo da crise econômica e política que estava instalada no país. Com a entrada do novo governo, no ano de 2003, tornaram-se necessárias medidas para encarar os problemas vivenciados pela crise através de uma lei geral que solucionasse questões como a autonomia e a democratização das universidades, esta prevista pela Constituição de 1988, e uma política que oferecesse enquadramento legal para as instituições do setor privado (AGUIAR, 2016). Foram apresentados quatro projetos de leis ao Congresso Nacional tendo como proposta a reformulação e qualificação da educação superior do país. Sobre isto Aguiar (2016, p.116) alega que tal projeto de lei “procuraria estabelecer um marco regulatório para assegurar a qualidade acadêmica das instituições”. Contudo, tal lei nunca foi votada.

O governo Luís Inácio Lula da Silva marca a expansão das universidades federais e privadas, mesmo esta última mantendo-se em crescimento lento. Através da criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), legalizado em 13 de janeiro de 2005 (Lei nº 11.096/05), buscou-se solucionar os problemas de dívidas fiscais das IES privadas e a democratização de acesso, contemplando a população menos favorecida. Waldow (2014) apresenta que durante os oito anos deste governo quatorze novas instituições de ensino superior públicas foram criadas e mais de setecentas mil vagas foram ofertadas através do PROUNI. O Programa de Crédito Educativo obteve algumas reformulações tornando-se reconhecido como Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o programa passou a ter fluxo contínuo e as condições de parcelamento e pagamento foram alteradas.

Referente à qualidade do ensino, Aguiar (2016) ressalta que os aperfeiçoamentos dos instrumentos de avaliação das instituições representam o aumento no nível educacional das universidades. O governo Dilma Roussef acabou por manter e ampliar os programas iniciados pelo governo anterior. Aprovou e sancionou o Plano Nacional de Educação, expandiu o número de bolsas do Programa Ciência Sem Fronteiras beneficiando milhares de estudantes que foram estudar em quarenta diferentes países, houve também a construção de quatro novas universidades federais, diversos *campi* universitários e centenas de institutos federais.

Para Oliveira (2013), desde o governo Lula a expansão das universidades públicas federais tem ocorrido em direção ao interior dos estados brasileiros, tornando a universidade um importante agente de desenvolvimento econômico e social, e, deste modo, transformando-se em instrumento estratégico no desenvolvimento igualitário do Brasil. O grande desafio concentra-se na forma de gestão das instituições, de modo que estas possam assumir as necessidades demandadas pela sociedade.

Acompanhada de fatos históricos, políticos e econômicos, a universidade brasileira passou por significativas e importantes modificações nos últimos duzentos anos. Desde a criação das diretrizes que balizam a atuação do ensino superior, passando por reformas organizacionais, modernização e reformulação da política educacional, até a reconfiguração de seu papel na sociedade, demonstram-se claros os desafios que as instituições públicas terão ainda de superar. O ensino superior no Brasil mostra-se indubitavelmente incumbido, dentre outras coisas, de formar cidadãos críticos e inovadores, preparados para atuação nas mais diversas áreas, para que desta maneira possam contribuir com o crescimento da Nação. Se no passado a universidade brasileira foi um dos principais atores de desenvolvimento econômico e de expansão do país, em sua realidade necessita, por meio de seus pilares de sustentação (ensino, pesquisa e extensão), moldar-se de acordo com as necessidades e modificações sociais, culturais e econômicas brasileiras. Com isso, fixar-se-á como agente de força capaz de articular o avanço nos processos de mudança social.

2.3.1 A Extensão Universitária no Brasil

O Brasil em seu contexto histórico vem modificando seu modo de conceituar e pensar as funções da universidade na sociedade. Desde as primeiras tentativas de criação das universidades no período colonial até os dias atuais, a universidade brasileira tem como objetivo básico a formação profissional e a geração de conhecimento. Entretanto, mostrou-se

necessário o “algo a mais” em relação às contribuições que as instituições devem ofertar ao corpo social. Como solução para esta questão, as universidades encontraram na Extensão Universitária a maneira de cumprir seus compromissos para com a sociedade. Para Botomé (1996, p.52) “essa concepção desenvolveu-se, principalmente, em um estágio do sistema educacional no qual os modelos pedagógicos disponíveis eram insatisfatórios porque o “ensino” formal parecia afastar os alunos da realidade dos problemas sociais”.

No Brasil esta relação estreita da universidade com a sociedade teve início através dos cursos e das convenções abertas a comunidade que eram oferecidos pela Universidade Livre de São Paulo (1912-1917) e também pelas assistências técnicas dadas aos agricultores através de atividades de extensão da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa/MG e da Escola Agrícola de Lavras/MG (hoje correspondem as Universidades Federais de Viçosa e de Lavras, respectivamente) que orientavam suas ações assistências para prestação de serviços no meio rural (ALVES PIMENTEL, 2015).

A extensão universitária apareceu oficialmente pela primeira vez no Primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras em 1931, caracterizando-se como ações que promovessem cursos e conferências de caráter educacional. As ações de extensão reaparecem timidamente na Lei de Diretrizes e Base (LDB) em 1961, que a coloca como instrumento de disseminação do conhecimento acadêmico produzido pelas IES e também como requisito para o credenciamento de universidades (SOUSA, 2010). Nogueira (2001) afirma que o texto dessa lei ainda traz a extensão de forma reduzida a cursos ofertados por docentes destinados a alunos já pertencentes às instituições públicas ou portadores de diplomas. Desta maneira, ainda não colocando as atividades extensionistas vinculadas a outras partes da sociedade.

Durante este período o Movimento Estudantil ganhava força no país, sendo notável a atuação deste Movimento em atividades de caráter extensionista. Entretanto, cabe salientar que tais ações estavam desvinculadas das instituições universitárias. Com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em agosto de 1937, cresce a proposta de atuação dos estudantes para com a comunidade. Isto é, almejava-se a participação dos acadêmicos na vida social das comunidades, especialmente das classes populares, para que conseqüentemente ocorresse a troca de saberes e experiência entre estudantes e meio externo (NOGUEIRA, 2001; SOUSA, 2010).

A UNE possuía como principal objetivo a construção de uma universidade comprometida com as classes menos favorecidas e preocupação efetiva com os problemas sociais do país. E através de documentos produzidos durante o I, II e III Seminário de

Reforma Universitária, reforçaram a demanda por uma universidade praticante de uma extensão universitária que destinasse assistência para diferentes classes (NOGUEIRA, 2001). Para Machado (2009) estes seminários foram marcos do Movimento Estudantil no Brasil, pois tornaram-se referência para as ações estudantis. Através destes deu-se início a busca por um maior compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo, e também a defesa de uma Universidade com ênfase nas atividades de extensão.

Oficialmente, a obrigatoriedade da extensão universitária nas IES apresenta-se no texto da Lei Básica da Reforma Universitária nº 5.540/68 (BRASIL, 1968):

Art. 17 Nas universidades e nos estabelecimentos isolados superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos: (...)

d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos.

Art. 20 As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes;

Art. 40 As instituições de ensino superior:

a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhorias das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento.

b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos.

O conteúdo desta lei ainda fazia menção da extensão como prestação de serviços e cursos por parte da Universidade à comunidade externa, não exercendo, desta maneira, as ações de extensão como as conhecemos atualmente. Sobre isso, Nogueira (2001, p.61) sinaliza que “a Extensão continua sendo a maneira como a Universidade transmite às comunidades seu ensino e o resultado de sua pesquisa, de forma isolada”. Sousa (2010) destaca uma lacuna nesta lei, mais precisamente em seu Art. 40, que acaba por tornar o entendimento desta atividade opcional para as Universidades e tornando-se uma prática dos estudantes, ou seja, nem universidade e docentes estariam envolvidos diretamente com as ações extensionistas.

Ao longo do Governo Militar no país, as propostas vindas dos estudantes foram utilizadas para institucionalização da Extensão Universitária. Das tentativas do Governo de sufocar o movimento estudantil e como proposta de legitimar a preocupação do Estado com a sociedade, foram criados dois principais programas: o Projeto Rondon e Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC). O programa CRUTAC foi criado em 1966 pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com o objetivo de proporcionar a atuação dos estudantes em comunidades rurais do país. O referido programa

possuía três linhas de trabalho, a saber: o treinamento, a motivação e a prestação de serviços a comunidade. No decorrer de sua existência o programa transformou-se em estágio obrigatório de cursos de diversas áreas.

Buscando fornecer o engajamento necessário para a participação dos alunos universitários no desenvolvimento do país, o Projeto Rondon criado em 68, com apoio das Forças Armadas, caracterizou a participação da juventude e da Universidade nos processos de desenvolvimento nacional (BOTOMÉ, 1996; NOGUEIRA, 2001; SOUSA 2010; SOUZA, 2005). Embora aproximasse os alunos das universidades à realidade popular brasileira, o projeto Rondon não pode ser descrito como uma atividade ou ação de extensão, mas sim como um mecanismo de apoio a extensão universitária. Isso porque, a Universidade não era a principal idealizadora e os objetivos do projeto não tratavam-se de questões universitárias. Assim, as instituições tornaram-se apenas participantes do projeto.

Contudo, o caráter assistencialista do projeto permaneceu dentro das instituições de ensino após dissipação do Movimento Estudantil, considerando ainda a compreensão de extensão universitária como prestação de serviço. O encerramento das atividades da Fundação Projeto Rondon se deu em fevereiro de 1989 (GURGEL, 1986; SOUSA, 2010).

Objetivando o desenvolvimento de regiões do interior do país, em 1969, o Governo brasileiro incentivou a instalação dos *Campi* Avançados, que se tratavam de uma infraestrutura das universidades públicas constituídas em áreas afastadas. Juntamente ao desenvolvimento regional, outro objetivo para a criação dos novos *campi* era a integração dos universitários com as comunidades e com os problemas sociais do país. Esta nova forma de atuação das Universidades era considerada como a própria ação de extensão, uma vez que ao sair de sua tradicional localização levaria professores e alunos a atuarem em distintas atividades para a melhoria das regiões (SOUSA, 2010). Para Botomé (1996, p. 69) a ideia de Campus Avançado era “um estágio mais maduro e sistematizado do Projeto Rondon”.

Santos (2014) considera este período, marcado pela criação de projetos e maior abrangência da Extensão Universitária no país, como um momento de mudanças sobre a concepção e essência das ações extensionistas que passaram de ações isoladas para atuações assistencialistas. O Projeto Rondon, bem como os *Campi* Avançados acabaram por perder e modificar suas características, transformando-se em uma espécie de herança para as Universidades (SOUSA, 2010).

Sousa (2010) afirma que a institucionalização da Extensão Universitária ocorreu oficialmente em 1974, pelo Ministério da Educação (MEC) através da Portaria nº289 e da

Portaria nº398 do MINTER, através da criação da Comissão Mista MEC/MINTER, de onde constituiu-se a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) que assumiu o trabalho da Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC). A principal função da CODAE foi coordenar a política de Extensão Universitária e disseminar tal política nas universidades brasileiras. Cabe destacar que essa Coordenação não existiu legalmente, não havendo por tanto registro legal e data específica de sua criação. A CODAE foi extinta em 1979, deixando como legado a forma como as universidades brasileiras deveriam coordenar seus projetos de extensão. Isto é, a partir da atuação da CODAE e através do Plano de Trabalho de Extensão Universitária divulgado em 1975, a forma de coordenar projetos de Extensão passou por uma padronização que deveria ser seguida pelas universidades do país. Sobre isso Nogueira (2001) destaca que a partir da atuação desta Coordenação as questões referentes à Extensão Universitária iniciam de fato, tornando os fundamentos do Plano de Trabalho de Extensão Universitária como substancial para as novas propostas sobre extensão no país.

O Plano de Trabalho de Extensão Universitária definiu extensão como (MEC/DAU, 1975):

Um subsistema componente do Sistema Universitário, através do qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa. A extensão da Universidade se processa sob a forma de cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisas e outras formas de atuação exigidas pela realidade da área onde a Instituição se encontra inserida ou exigência de ordem estratégica.

Como reflexo das ações propostas pela CODAE, a extensão passou a ser uma estrutura de importante reconhecimento para o MEC e para as universidades, influenciando e caminhando lado a lado com o novo momento da Universidade Brasileira. Sousa (2010) afirma que o final dos anos 70 e início da década de 1980 foi marcado pela implementação da democratização das Universidades e pelo fortalecimento do corpo docente das IE. Machado (2009) reforça que esta nova condição da Universidade influenciou direta e profundamente a extensão universitária, visto que esta nova fase modificou o entendimento sobre extensão e deu início ao processo de institucionalização da mesma.

Da criação das Universidades Livres até a obrigatoriedade das ações de Extensão Universitária nas IES do país, pôde ser visto a busca por uma extensão da universidade voltada a beneficiar e melhorar uma sociedade carente de oportunidades e voltada à

disseminação de conhecimentos. Destaca-se a importante participação dos estudantes na relação de proximidade entre população e academia, onde se torna visível a verdadeira preocupação com o direcionamento que o Estado e as IES dariam as demandas sociais, especialmente àquelas das classes menos favorecidas. As lutas estudantis e propostas do movimento foram fundamentais para a consolidação das práticas extensionistas na universidade. O CRUTAC e o Projeto Rondon, seguido pelos *Campi* Universitários, são marcos no fortalecimento de ações e atividades vidas da universidade para a sociedade. Em resumo, até este momento da história, é possível verificar que a Extensão Universitária no Brasil se mostrou uma importante ferramenta de consolidação das Universidades, e junto às políticas do Governo contribuiu no desenvolvimento social do país.

O conceito de Extensão Universitária conhecido atualmente começa ganhar suas formas a partir da fundação do Fórum-Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Brasileiras (FORPROEX), em novembro de 1987, objetivando o fortalecimento, a avaliação, a institucionalização e articulação da extensão nas universidades públicas brasileiras. A criação deste Fórum ocasionou em uma reformulação conceitual sobre a extensão e uma reavaliação da função social das universidades públicas (SOUSA, 2010). Paula (2013) vai além, e atribui o significativo avanço da extensão universitária no país à criação do FORPROEX, isso porque, através do Fórum foram construídas políticas que podem acompanhar, avaliar e fomentar as ações extensionistas, e efetivar sua institucionalização. No I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, onde se encontravam presente 33 representantes de IES Públicas, uma nova definição foi dada a Extensão Universitária (FORPROEX, 1987):

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultura e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *praxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àqueles conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorecer a visão integrada do social.

Em consonância aos preceitos constituídos durante o I Encontro Nacional de Extensão, a Constituição de 1988 dispôs em seu Art. 207 o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, a universidade ultrapassou o limite educacional de ensino e pesquisa, e passou a inserir a extensão como um componente do sistema de aprendizado ofertado pelas IES, concebendo o conhecido “Tripé Acadêmico”. Nogueira (2001) destaca que a nova conceituação permite a extensão abandonar o papel de atividade secundária na formação dos acadêmicos e interrompe a concepção de uma atividade meramente assistencialista. A definição sobre extensão formada no I Encontro de Pró-Reitores vigora até os dias atuais e se tornou referência para as Universidades e para políticas que envolvam a Extensão Universitária (MACHADO, 2009; NOGUEIRA, 2001).

Durante o quinto encontro de Pró-Reitores de Extensão, em 1991, foram evidenciadas as necessidades de financiamento das atividades de extensão universitária. Entretanto, somente em 1993, durante o sétimo encontro, discutiu-se efetivamente as propostas e a constituição de um Programa de Fomento à Extensão Universitária, o referido programa direcionava as IES alcançarem recursos financeiros, via MEC, para seus projetos de extensão. O Programa de Fomento à Extensão Universitária iniciou sua operacionalização no ano de 1994 (SOUSA, 2010).

A LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, prediz em seu texto que (BRASIL, 1996):

Art. 43 A educação superior tem por finalidade: (...)

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição.

Art. 44 A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (...)

IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino.

Art. 53 No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: (...)

III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão.

Sousa (2010) e Nogueira (2005) fazem uma reflexão sobre o texto desta lei, considerando pouco ou nenhum avanço em relação à operacionalização da extensão, as práticas extensionistas parecem ser somente utilizadas como um instrumento de disseminação de produções da academia para o externo. Barbosa (2012, p.32) entende o conceito desta lei como “via de mão única”, onde não ocorrem trocas significativas entre universidade e

sociedade, tornando a comunidade externa somente receptora das IES. A LDB também determina a criação de um plano de educação que atendesse as necessidades do ensino brasileiro, contendo diretrizes e metas para os próximos dez anos. O Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado em janeiro de 2001, tornando-se o Projeto de Lei nº 10.172. O Plano estruturava metas para todos os níveis de ensino, inclusive ao ensino superior, e quanto à extensão, inseriu em seu Art. 23 a necessidade de implementação do Programa de Desenvolvimento da Extensão, que estipulou 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior reservadas para a participação dos alunos em ações e práticas de extensão (BARBOSA, 2012; BRASIL, 2001).

Além do PNE e do Programa de Desenvolvimento da Extensão, foi publicado o Plano Nacional de Extensão Universitária em novembro de 1999, e criado o Fórum de Extensão das IES Particulares (FOREXP), em 2003. Elaborado pelo FORPROEX, o Plano Nacional de Extensão amplia o entendimento de como as IES devem proceder frente a extensão e estipula os objetivos, metas e diretrizes para a consolidação, institucionalização e indissociabilidade das práticas extensionistas dentro das universidades.

O referido Plano e outros documentos elaborados pelo FORPROEX podem ser encontrados no portal da Rede Nacional de Extensão (RENEX) na internet. Em 2003, o MEC elaborou um instrumento com a finalidade de auxiliar as IES no desenvolvimento de programas e projetos de extensão universitária, o Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT), que possui como ênfase a formação dos alunos e a inclusão social, de maneira que essas ações possam fortalecer a institucionalização da extensão. Para Sangenis (2012, p.31), através das políticas elaboradas para a introdução efetiva da extensão nas universidades “ficou fortalecida a ideia de que a finalidade da extensão universitária é a de servir de instrumento de política social com o objetivo de superação das desigualdades sociais existentes”. Assim, contribuindo para que a ideia única de extensão como atividade assistencialista fosse modificada e a partir deste momento passasse a ser compreendida como legítima prática de desenvolvimento acadêmico. Nesse sentido, Martins (2008) esclarece que através do contato da comunidade acadêmica com a sociedade, diferentes práxis do conhecimento são adquiridas, proporcionando aos estudantes uma visão diferenciada da realidade da sociedade.

As propostas e documentos elaborados a partir dos Encontros de Pró-Reitores serviram para a consolidação e desenvolvimento de um novo paradigma da extensão

universitária. Desta maneira, tornando a extensão mais madura e mais bem quista dentro das universidades, concretizando-se de fato como uma função primordial das IES. Contudo, ainda mostram-se presentes desafios para a conquista de espaço igualitário frente às outras funções da Universidade. Os anos que sucedem o PROEXT caracterizam-se pela melhoria de políticas de institucionalização, políticas de financiamento, busca pela indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e gradativo crescimento de interação entre universidade e comunidade através de ações de extensão.

O FORPROEX, através da RENEX disponibilizou as universidades e a população em geral documentos referente à extensão universitária. Trata-se de uma coleção de publicações atualizadas sobre documentos elaborados nos fóruns e repasse de informações básicas que possam ser utilizadas por dirigentes e participantes da extensão no Brasil. Esta coleção é composta pelos seguintes títulos: (1) Plano Nacional de Extensão Universitária; (2) Avaliação Nacional da Extensão; (3) A Indissociabilidade Ensino-Extensão-Pesquisa; (4) Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras e (5) Organização e Sistematização (FORPROEX, 2007).

Anteriormente publicadas no Plano Nacional de Extensão, o documento Organização Sistematização, de 10 de maio de 2007, reinterpreta as diretrizes para as ações de extensão universitária estipuladas pelo FORPROEX (Quadro 1). De acordo com o FORPROEX as ações de extensão estão classificadas como: programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviços que possuam caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico.

Quadro 1- Diretrizes para a Extensão Universitária

DIRETRIZ	DESCRIÇÃO
Impacto e transformação	Estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas.
Interação dialógica	Desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão.
Interdisciplinaridade	Caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas.
Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão	Toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã.

Fonte: FORPROEX, 2007.

Fica evidenciado nas diretrizes fixadas pelo FORPROEX o vínculo que deve existir entre as IES e a sociedade, além da troca de saberes que deve corroborar com o processo de crescimento e desenvolvimento dos alunos de universidades públicas brasileiras.

Visando a sistematização das ações de extensão, foi criada pelo FORPROEX uma classificação de áreas temáticas, as quais todas as ações extensionistas das universidades deverão seguir. De acordo com FORPROEX (2007, p.24), esta sistematização favorecerá “os estudos e relatórios sobre a produção de Extensão Universitária brasileira, segundo agrupamentos temáticos, bem como a articulação de indivíduos ou grupos que atuam na mesma área temática”. Estas áreas estão divididas em: área temática principal e área temática secundária (Quadro 2).

Quadro 2 - Áreas temáticas das ações de extensão

ÁREA TEMÁTICA	DEFINIÇÃO
1- Comunicação	Comunicação social; Mídia Comunitária; Comunicação Escrita e Eletrônica; Produção e Difusão e Material Educativo; Televisão Universitária; Radio Universitária
2 – Cultura	Desenvolvimento de Cultura; Cultura, Memória e Patrimônio; Cultura e Memória Social; Cultura e Saciedade; Folclore, Artesanato e tradições culturais; Produção Cultural e Artística na Área de Artes Gráficas;
3 - Direitos Humanos	Assistência Jurídica; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Direitos Humanos, Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Direitos de Grupos Sociais; Organização popular; questão agrária.
4 – Educação	Educação Básica; Educação e Cidadania; Educação a distância; Educação Continuada; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Incentivo a Leitura; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Interinstitucional e Internacional na área de Educação.
5- Meio Ambiente	Preservação e Sustentabilidade do Meio Ambiente; Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento Regional sustentável; Aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento Rural; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Meio Ambiente; Cooperação Internacional na área de meio ambiente; Educação Ambiental, Gestão de Recursos Naturais, Sistemas integrados para Bacias Regionais.
6 – Saúde	Promoção a Saúde e Qualidade de Vida; Atenção a Grupos de Pessoas com Necessidades Especiais; Atenção Integral a Saúde de Adultos; Atenção integral a terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao Jovem; Capacitação e qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas de Saúde; Cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de Saúde; Saúde e segurança no trabalho; esporte lazer e saúde; hospital e clínicas universitária; novas epidemias; Saúde da Família; uso e dependência de drogas.
7 – Tecnologia	Transferência de Tecnologias Apropriadas; Empreendedorismo; Empresas juniores; Elevação tecnológica; Polos Tecnológicos; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Ciências e tecnologia; Cooperação Internacional na área; Direitos de propriedades e Patentes.
8 – Trabalho	Reforma Agrária e trabalho Rural; Trabalho Rural; Trabalho e inclusão social; Capacitação e Qualificação de Recursos humanos e de Gestores de Políticas Públicas do Trabalho; Cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; Educação profissional; Organizações populares; questões Agrárias; Saúde e segurança no Trabalho infantil; turismo e oportunidade de trabalho.

Fonte: FORPROEX, 2007.

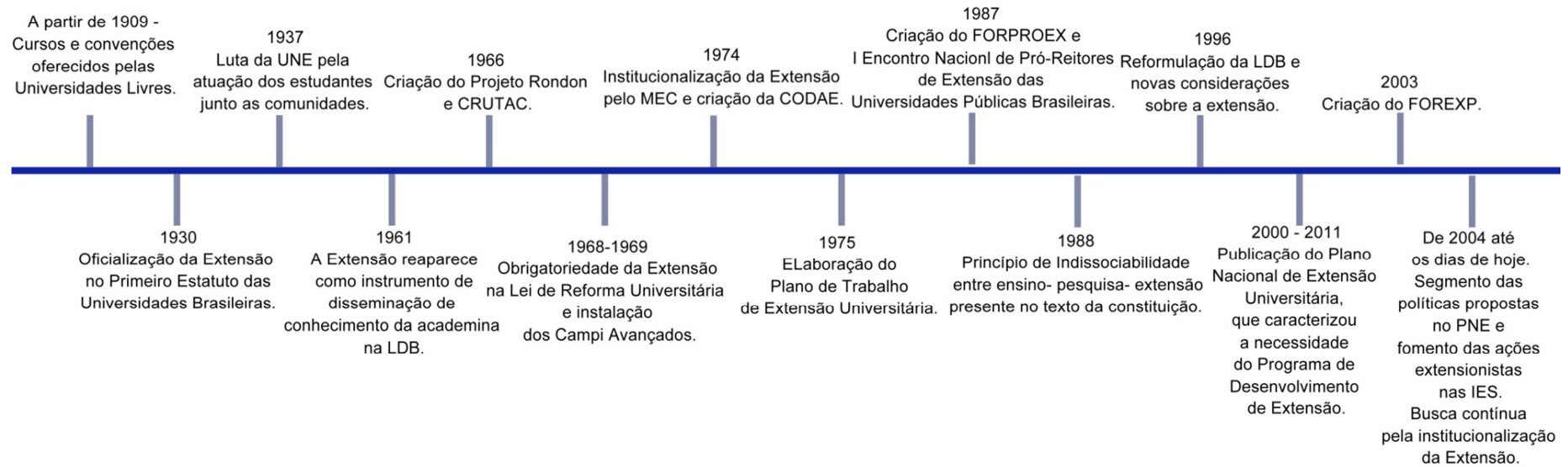
No quadro 2 nota-se que as temáticas de ações de extensão universitária abrangem as diversas e principais áreas de atuação das universidades. Isto é, as atividades extensionistas podem se configurar em diversos campos, abrangendo múltiplas necessidades da comunidade e fortalecendo o aprendizado dos diferentes tipos de alunos das universidades brasileiras, com isso, contemplando os objetivos e diretrizes que vem sendo elaborados pelo FORPOEX no que diz respeito à importância desta função para a comunidade acadêmica e externa. De modo

geral, percebe-se que através de apoio do Governo, por intermédio do MEC, políticas das IES e participação assídua do FORPROEX os últimos anos são marcados por um crescimento acentuado das práticas de extensão nas universidades, aumentando a integração da academia com a sociedade e conseqüentemente com seus problemas.

As propostas, objetivos, metas e diretrizes desenvolvidas pelo FORPROEX para a Extensão Universitária se encontram em constante desenvolvimento no dia a dia das universidades públicas brasileiras. Se podendo notar um significativo avanço na definição da extensão e na forma como esta é vista pela comunidade acadêmica, governo e sociedade. Entretanto, essa atividade ainda apresenta-se como uma construção em constante mutação e torna-se pertinente a reflexão sobre os caminhos que esta função da universidade tomará. Isso porque, como visto na história de sua sustentação na academia, a conceituação e compreensão da extensão universitária depende muito das influências, características e principalmente das necessidades da sociedade. Machado (2009) alega que a extensão universitária passa por transformações conforme o momento sociopolítico, econômico e cultural do local onde esta inserida cada universidade.

Para que se possa recapitular a história da Extensão Universitária no Brasil, apresenta-se uma linha do tempo abordando os principais fatos enfatizados neste estudo (Figura 1).

Figura 1- Linha do tempo Extensão Universitária no Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora

Diversos autores discorrem algumas críticas sobre o entendimento da extensão pelas instituições, bem como a utilização deste instrumento de relação da universidade com o meio externo e o futuro desta função. Para Cerqueira e Colossi (1998) se não bem compreendia, a extensão acaba por tornar-se um complemento das outras funções da universidade, transformando-se em uma atividade com pouca consolidação. Sousa (2010) afirma que a Universidade transformou-se de acordo com as necessidades vindas da comunidade, contudo esta nova colocação da universidade ainda constitui-se de forma conflituosa.

Da mesma maneira acontece com a Extensão Universitária, que se apresenta em constante processo de construção, variando de acordo com seus interlocutores. A autora acredita que o processo de mutação do entendimento sobre extensão universitária se deve ao momento em que cada interlocutor assume seu papel principal frente a esta função, influenciando diretamente sua concepção de acordo com as próprias características de cada grupo. A extensão parece estar passando por um momento de recriação, sendo vista como uma chance de recuperação social das universidades, que por muito tempo omitiram-se de seu papel nos conflitos e problemas do corpo social. De forma hipotética, uma nova prática extensionista aparenta estar em criação, o que pode vir a se tornar uma possível identidade própria para a Extensão Universitária (SOUSA, 2010).

Botomé (1996) e Sousa (2010) consideram que ao conseguir alcançar efetivamente seus objetivos e suas diretrizes, a Extensão Universitária acabará por superar a si mesma e se extinguirá. Isso porque, a universidade ao conseguir cumprir sua missão social e identificar sua responsabilidade frente as demandas sociais e seu compromisso com o desenvolvimento social de seus discentes, não necessitará mais das questões relacionadas à extensão. A Universidade passará a ser o próprio vínculo entre comunidade e o saber da academia, detentora, em partes, do poder de desenvolvimento econômico, políticos e social do país. Botomé (1996) constitui a extensão como um equívoco da universidade, uma vez que sua criação foi necessária em virtude do baixo envolvimento das IES com as demandas externas e a necessidade de envolvimento dos universitários a realidade socioeconômica e cultural do país.

O autor considera a extensão como uma maneira acessível de disseminar o conhecimento produzido pelas universidades à sociedade, no entanto, ressalta que seus objetivos possuem grande similaridade com os propósitos do ensino e da pesquisa, considerando-a apenas uma etapa inicial para o processo de produção de conhecimento.

Processo este que frente a uma mudança e consolidação da Universidade, poderá tornar-se redundante dentro das instituições de ensino.

No entanto, autores como Jezine (2004), Sangenis (2012), demonstram-se contrários a ideia de finalização desta atividade nas IES e salientam sua importância no processo de formação de alunos, professores e sociedade, que ainda encontra-se em processo de construção. Para Jezine (2004, p.4) em uma perspectiva acadêmica “a extensão universitária ultrapassa o limite da ciência técnica, do currículo fragmentado (...), encaminhando-se para uma visão multidimensional, em que as dimensões político-social-humana estejam presente na formação do sujeito”. Santos (2010) considera que o papel da extensão irá consolidar-se nas IES como resposta as provocações feitas as universidades brasileiras.

Diante do exposto, é possível verificar uma nova perspectiva sobre a Extensão Universitária, consequência de uma história de constantes mudanças. A extensão demonstra-se, hoje, como um processo para a formação universitária completa e parte importante da identidade histórica das Universidades. Existindo ainda lacunas sobre os próximos passos que serão dados pela extensão e para sua institucionalização nas universidades brasileiras.

3 MÉTODO

Neste capítulo abordam-se os procedimentos metodológicos que orientaram este estudo para alcançar os objetivos propostos, abrangendo o tipo de pesquisa, o método de investigação, a população e a amostra e de que maneira os dados foram coletados e analisados.

3.1 Tipo de pesquisa

Gil (2010, p.1) define pesquisa como um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Com base nesta definição, o presente estudo buscou referências para encontrar retorno ao problema de pesquisa que tem por finalidade responder: Qual a efetividade da Universidade Federal do Pampa Campus Santana do Livramento como agente de desenvolvimento regional, a partir de suas ações de extensão? Assim, de acordo com os objetivos estabelecidos para nortear tal indagação, esta pesquisa se caracterizou como descritiva exploratória, onde foi realizada uma análise objetivando descrever as contribuições que tais projetos da universidade vêm oferecendo à cidade de Santana do Livramento, para então identificar informações referentes à percepção sobre as ações de extensão executadas pela UNIPAMPA. A pesquisa descritiva busca explicar as características de um fenômeno, e ao delinear uma nova visão do problema, estabelece relações entre as variáveis (GIL, 1999). Ainda conforme o autor, o objetivo da pesquisa exploratória é possibilitar maior familiaridade com o problema a ser estudado, tornando-o mais explícito e proporcionando o aperfeiçoamento de ideias. Optou-se por este tipo de pesquisa, pois tinha-se a intenção de ampliar o conhecimento e identificar características a respeito do tema de estudo, neste caso, a Extensão Universitária, e ao descrever tal fenômeno, proporcionar uma visão mais abrangente sobre o impacto que as atividades e práticas extensionistas vem causando no desenvolvimento da região.

Quanto à abordagem, esta pesquisa foi de cunho qualitativo, ao ser realizada uma pesquisa nos documentos da Instituição para se pudesse conhecer as ações de extensão realizadas pela universidade, e quantitativo, que para Richardson (2012) se descreve pelo emprego da quantificação, tanto na etapa de coleta de dados, quanto na análise destes através de técnicas estatísticas e, é comumente utilizado em estudos que buscam investigar

características de um fenômeno. Este método de pesquisa se mostra condizente com o objetivo deste estudo, pois se tem a finalidade de se descobrir os principais atributos vistos pela população santanense e comunidade acadêmica sobre a extensão universitária de forma que se possa quantificar e mensurar os resultados; Pelo fato desta pesquisa necessitar ser realizada com uma amostra representativa de residentes do município de Santana do Livramento e com acadêmicos da UNIPAMPA, este método tornou-se o mais apropriado para a realização do estudo.

3.2 Método escolhido

A metodologia escolhida para esta pesquisa é a *Survey*. Para Collis e Hussey (2005) este é um método em que se pode realizar inferência sobre uma população a partir de uma amostra estudada. Os autores ainda afirmam que esta amostra deve ser representativa, de maneira que se possa generalizar para toda população.

Optou-se por este método em virtude desta ser uma técnica que possibilitou, através de descrições quantitativas, a obtenção de informações sobre a opinião da população-alvo acerca do problema estudado.

3.3 Técnica de coleta de dados

Segundo Hair *et.al.* (2005, p.96), “dados são informações registradas com a intenção de representar fatos”. Desde modo, a fim de obter referências pertinentes para o andamento desta pesquisa, as fontes de dados que foram utilizadas caracterizam-se como fontes primárias e secundárias.

Dados secundários são dados já existentes e nesta pesquisa foram obtidos por intermédio de pesquisa documental. Na fase de pesquisa documental, ocorreu análise de documentos institucionais da UNIPAMPA. Tendo a instituição como objeto desta pesquisa, tornou-se necessário o conhecimento acerca dos projetos e práticas extensionistas que vem sendo realizados pela mesma. O conhecimento obtido através da pesquisa documental permitiu mensurar o número de atividades de extensão executadas pela universidade e auxiliou na construção do instrumento de coleta de dados.

Dados primários são informações originais, isto é, trata-se de elementos até então não coletados. Estes dados são reunidos visando complementar o estudo que está em

desenvolvimento (HAIR *et. al.*, 2005). Neste estudo, a coleta de dados primários, que busca informações por intermédio do ponto de vista dos pesquisados, ocorreu a partir da aplicação de dois questionários distintos, tendo um questionário com foco na percepção de alunos que já participaram de ações de extensão da universidade e outro averiguando o conhecimento da comunidade santanense sobre as atividades realizadas pela UNIPAMPA. A escolha de questionários distintos deve-se pela finalidade de informações que buscou-se coletar a partir do instrumento de pesquisa.

A escolha do questionário como instrumento de coleta de dados, se mostrou a alternativa mais conveniente e viável, dado os objetivos e a abrangência da pesquisa, demonstrando maior facilidade na coleta e análise das informações. Sobre este instrumento, Malhotra (2006) afirma que é um dos meios mais utilizados em pesquisas que visam verificar a percepção dos indivíduos, apresentando vantagens como: a confiabilidade das informações obtidas, a fácil aplicabilidade, praticidade, relativa simplicidade para codificação e análise dos dados.

O questionário aplicado aos moradores da cidade de Santana do Livramento, elaborado pela própria autora, contou com 32 questões divididas em 3 blocos (APÊNDICE 1). Os discentes da universidade responderam a um questionário adaptado de Barbosa (2012), conforme pode ser verificado no Anexo 1, que contém 45 questões, divididas em 4 blocos (APÊNDICE 2). Ambos instrumentos estruturam-se da seguinte maneira: bloco 1 com questões estruturadas e fechadas, onde identificou-se os fatores sociodemográficos dos respondentes; Os demais blocos serviram para mensurar a percepção dos entrevistados, estas questões seguem a escala Likert, que possui duas variáveis (extensão universitária e desenvolvimento), a escala é de cinco pontos diversificando entre “1 - DISCORDO TOTALMENTE” até “5 - CONCORDO TOTALMENTE” no questionário direcionado aos moradores da cidade de Santana do Livramento, e “1 – NÃO, NUNCA” até “5 - SIM, SEMPRE” no instrumento de coleta de dados que foi aplicado aos alunos da UNIPAMPA. Este tipo de escala é utilizada para mensurar atitudes ou opiniões, dividida entre cinco a sete pontos para que se possa avaliar a intensidade que o questionado concorda ou discorda com um conjunto de afirmações (HAIR *et al.*, 2005).

Partindo dos principais elementos estudados no referencial bibliográfico, apresenta-se no quadro 1, o propósito de cada questão do questionário, qual objetivo espera-se descobrir e a quem será aplicada tal questão.

Quadro 3 - Explicação do instrumento de coleta de dados.

Objetivos da pesquisa	Objetivo a descobrir com as questões	Número da questão do instrumento de pesquisa	A quem será aplicado
Averiguar o conhecimento da comunidade santanense sobre as ações de extensão da UNIPAMPA.	Identificar o conhecimento da comunidade sobre a UNIPAMPA e sobre as ações de extensão realizadas pela universidade.	10-11-26-27-28-29-30-31-32-33	Comunidade santanense
Identificar percepções dos discentes sobre as ações de extensão da UNIPAMPA.	Identificar como foram as participações dos alunos nas atividades de extensão, reconhecer o conhecimento destes sobre extensão universitária, as contribuições das ações de extensão para os alunos e identificar deficiências, necessidades e dificuldades encontradas pelos alunos durante suas participações.	11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-33-34-35-36-38-39-40-41-42-43-44	Discentes UNIPAMPA
Identificar como as ações de extensão colaboram para a UNIPAMPA se tornar um agente de desenvolvimento regional.	Verificar se há colaboração da UNIPAMPA no desenvolvimento da cidade na visão da comunidade.	12-13-14-15-16	Comunidade Santanense
	Verificar se há colaboração da UNIPAMPA no desenvolvimento da cidade na visão dos alunos.	45	Discentes UNIPAMPA.
Apontar benefícios e contribuições das ações de extensão da UNIPAMPA para o desenvolvimento da cidade de Santana do Livramento.	Sinalizar se os projetos de extensão da UNIPAMPA estão contribuindo efetivamente para o desenvolvimento da cidade.	17-18-19-21-21-23-24-25	Comunidade santanense
		27-28-29-30-31-32	Discentes UNIPAMPA

Fonte: Adaptado de Santos (2014)

3.3.1 Pré-teste

Após a elaboração do questionário, foi aplicado um pré-teste com vinte respondentes, sendo estes, discentes da UNIPAMPA e moradores da cidade de Santana do Livramento. Este pré-teste teve por finalidade verificar cada item dos questionários, de modo que se fosse

possível avaliar seus pontos fortes e fracos. No caso de questões que despertaram dúvidas, a mesma foram reformuladas e testadas novamente. Para Hair *et al* (2005), antes de um pesquisador administrar o questionário à população-alvo, deve-se avaliar o instrumento; Para este pré-teste de avaliação deve-se utilizar uma pequena quantia de respondentes com características similares aos respondentes que se pretende questionar. Neste sentido, Malhotra (2006) afirma que o pré-teste objetiva a identificação e eliminação de problemas potenciais, onde todos os aspectos deverão ser testados e remodelados caso necessário, dando confiabilidade ao instrumento de pesquisa.

O pré-teste teve como objetivo avaliar as etapas de codificação e análise das respostas de cada questão.

3.4 Universo da pesquisa e amostragem

Com base nos objetivos deste estudo optou-se pela aplicação de dois questionários distintos. Assim sendo, a pesquisa possuiu dois grupos de amostras em virtude de trabalhar com universos diferentes. O universo de pesquisa para aplicação de um dos questionários (APÊNDICE1) consistiu de moradores da cidade de Santana do Livramento. De acordo com estimativa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2015 a população total do município alcançou o número de 82.968 habitantes. Sendo o objetivo a coleta de informações sobre a percepção da comunidade santanense sobre as ações da UNIPAMPA e tornando-se inviável a realização de uma pesquisa com todos os residentes do município, a coleta de dados aconteceu através de uma amostra dessa população. Da mesma maneira ocorreu com o outro questionário (APÊNDICE 2), que possuiu como população todos os alunos que já participaram de atividades de extensão realizados pela universidade.

Hair *et al* (2005) afirma que uma amostra deve possuir tamanho e qualidade satisfatória para produção de resultados confiáveis e precisos. De maneira que estes possam representar a população total da pesquisa. As principais vantagens de amostrar uma população são: economia de tempo, mão-de-obra e recursos financeiros; rapidez na obtenção dos resultados; e coleta de informações mais precisas (MATTAR, 2008).

Os procedimentos de seleção da amostra foram classificados como não-probabilística para a identificação dos discentes da universidade que deveriam responder ao questionário, e para selecionar a amostra dos moradores do município, foi utilizado um método

probabilístico. Para Hair *et al.* (2005, p. 241), “as descobertas baseadas em uma amostra probabilística podem ser generalizadas para a população alvo com um nível específico de segurança”. Assim, visando assegurar exatidão dos resultados obtidos e garantindo maior facilidade na coleta dos dados, optou-se por uma amostragem probabilística estratificada proporcional para identificar a amostra necessária da população de residentes da cidade de Santana do Livramento.

No caso da amostra dos discentes da Universidade Federal do Pampa, optou-se pelo método de amostragem não-probabilística por julgamento para a escolha dos respondentes. Um dos pontos a serem considerados sobre os métodos não probabilísticos reside na impossibilidade do pesquisador generalizar seus achados a toda população alvo. Contudo, esta característica não significa que os métodos não-probabilísticos não devam ser utilizados, já que em muitas situações, são a alternativa preferível (HAIR *et al.*, 2005). O autor considera que nos métodos não-probabilísticos de amostragem, o pesquisador utiliza de procedimentos subjetivos para a escolha dos respondentes. Dentre estes critérios subjetivos, está o conhecimento que uma população detém sobre uma questão específica. Desta maneira, julgou-se apropriado que o questionário fosse respondido por aqueles discentes que participam ou participaram de projetos de extensão.

Passando-se ao caso da amostra dos residentes de Santana do Livramento, a amostra estratificada proporcional foi escolhida em função de este método possibilitar o aumento da precisão dos resultados, mantendo-se os custos constantes (MALHOTRA, 2006). Segundo Hair *et al.* (2005) na amostragem estratificada, a população alvo é dividida em subgrupos relativamente homogêneos distintos e não sobrepostos. Deste modo, nesta pesquisa calculou-se primeiro o tamanho da amostra, logo após dividiu-se a cidade por blocos de bairros e de maneira aleatória foram selecionadas as ruas que compuseram os estratos. Com isso buscou-se garantir homogeneidade nos dados coletados através de uma amostra que pudesse de fato representar a comunidade santanense. Assim, os estratos foram compostos por espaços geográficos representados pelos bairros da cidade de Santana do Livramento e o número de respondentes de cada um destes bairros obedeceu à proporção dos mesmos no número total de habitantes do município.

Para identificar o tamanho da amostra necessária para responder o questionário A desta pesquisa, utilizou-se a equação a seguir sugerida por Levine (2013) para estimar a proporção populacional:

$$N = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q}{e^2}$$

Onde:

N = Número de indivíduos na amostra

Z = Grau de confiança

p = Proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria estudada

q = Proporção populacional de indivíduos que não pertence à categoria estudada
(q=1-p)

e = Erro amostral

As considerações e cálculos para as identificações das amostras desta pesquisa apresentam-se abaixo:

QUESTIONÁRIO A

- a) O grau de confiança foi de 90%, equivalente a 1,64;
- b) Erro amostral foi de 5%;
- c) A população proporcional de indivíduos que pertencem à categoria estudada é de p= 0,5069; e
- d) q = 0,4930

$$N = \frac{1,64^2 \cdot 0,5069 \cdot 0,4931}{0,05^2} = 268,90 \quad 269$$

Com base no cálculo apresentado, tem-se a amostra para a aplicação de questionários na comunidade santanense de 269 moradores. Para alcançar este resultado o grau de confiança utilizado foi de 90% que representa 1,64 da distribuição normal, ou seja, em 100 amostras 90 devem representar efetivamente a população que está sendo pesquisada. A proporção da população que foi estudada é composta pelo número de habitantes economicamente ativos, que representam, segundo o IBGE (2013), 41.802 indivíduos (50,69% dos moradores do município). O erro amostral estimado foi de 10%.

QUESTIONÁRIO B

- e) O grau de confiança foi de 90%, equivalente a 1,64;
- f) Erro amostral foi de 5%;
- g) A população proporcional de indivíduos que pertencem à categoria estudada é de p= 0,10; e
- h) q = 0,90

$$N = \frac{1,64^2 \cdot 0,10 \cdot 0,90}{0,05^2} = 96,82 \quad 97$$

Com base no cálculo apresentado, tem-se a amostra para a aplicação de questionários aos alunos da UNIPAMPA de 97 acadêmicos que participaram das ações de extensão. Para alcançar este resultado o grau de confiança utilizado foi de 90% que representa 1,64 da distribuição normal, ou seja, em 100 amostras 90 devem representar efetivamente a população que está sendo pesquisada. O erro amostral foi de 10%. A população total de alunos da instituição estudada é de 10.968, que corresponde aos acadêmicos dos 10 *campi* da universidade, a pesquisa realizada no Campus Santana do Livramento tem como proporção dessa população 1200 discentes que refere-se a cerca de 10% do total da população. Assim, tem-se $p=0,10$ e $q=0,90$.

3.5 Aplicações do instrumento de coleta de dados

A aplicação do questionário ocorreu da seguinte maneira:

- a) O questionário A, que tinha por finalidade averiguar o conhecimento da comunidade sobre as ações de extensão da UNIPAMPA, foi destinado a moradores da cidade de Santana do Livramento. Isso ocorreu através de visitas da pesquisadora a diferentes bairros da cidade onde foram aplicados os questionários. Os bairros escolhidos para aplicação do instrumento de pesquisa foram aqueles que possuem mais de 1% do total de moradores da cidade, ou seja, para participarem da amostra os bairros necessitavam possuir mais de 800 moradores. Em função da dificuldade para realizar a coleta de dados na Zona Rural da cidade, onde existe significativa concentração de moradores, adicionou-se o percentual de entrevistas que deveriam ser feitas nesses locais ao número de entrevistados dos bairros anteriormente selecionados, garantindo que os 269 questionários necessários para a amostra fossem de fato aplicados. Ao final da coleta dos dados, foram obtidos 272 questionários aptos a participarem da pesquisa, ultrapassando o número estipulado pelo cálculo amostral. Os bairros e o número de questionários que foram aplicados em cada localidade apresentam-se detalhados no Quadro 4. Salienta-se que as ruas onde houve aplicação do instrumento de pesquisa foram selecionadas aleatoriamente de modo que fosse possível alcançar uma amostra

com diferentes perfis sociodemográficos, representando a heterogeneidade dos moradores da cidade.

b) O questionário B, que havia como finalidade reconhecer o ponto de vista dos discentes sobre as ações de extensão da UNIPAMPA, foi enviado por *e-mail* para alunos da universidade que já participaram deste tipo de atividade.

Quadro 4 - Divisão de bairros para aplicação do instrumento de pesquisa.

BAIRRO	NÚMERO DE MORADORES	PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO	MORADORES A SEREM ENTREVISTADOS	MORADORES QUE FORAM INSERIDOS	NÚMERO TOTAL
Centro	10202	12,29%	33	1	34
Divisa	8618	10,38%	28	1	29
Prado	6296	7,58%	20	1	21
Jardins	5058	6,09%	16	1	17
Registro	3891	4,68%	13	1	14
Hidráulica	3632	4,37%	12	1	13
Wilson	2843	3,42%	9	1	10
Parque São José	2749	3,31%	9	2	11
Parque das Águas	2677	3,22%	9	2	11
Planalto	2338	2,81%	8	2	10
Brasília	2155	2,59%	7	2	9
Umbu	2081	2,50%	7	2	9
Tabatinga	2076	2,50%	7	2	9
Argiles	1827	2,20%	6	2	8
Carolina	1770	2,13%	6	2	8
São Paulo	1692	2,03%	5	2	7
Morada da Colina	1656	1,99%	5	2	7
Parque do Sol	1625	1,95%	5	2	7
Bela Vista	1584	1,90%	5	2	7
Fluminense	1527	1,84%	5	2	7
Kennedy	1417	1,70%	5	2	7
Armour	1195	1,44%	4	2	6
Cohab do Armour	1125	1,35%	4	2	6
Vila Real	897	1,08%	3	2	5
TOTAL	70034	85,35%	230	41	271

Fonte: Elaborado pela autora com informações coletadas na Prefeitura Municipal.

3.6 Técnica de análise dos dados

Gil (2008, p. 156) atesta que “a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”. A fim de prover, através dos dados coletados, elementos que possam orientar e facilitar a interpretação e análise de dados, por se tratar de uma pesquisa de cunho quantitativo, foi utilizado procedimentos estatísticos como medidas de tendência central (média, moda e mediana), medidas de dispersão (frequência) e coeficiente de correlação entre variáveis. Foi utilizada a análise documental como técnica referente a pesquisa quantitativa.

Para a tabulação dos dados foi utilizado o *software Microsoft Office Excel*[®] e para o tratamento estatísticos dos mesmos foi utilizado o *software SPSS – Statistical Package for the Social Sciences*[®].

Os dados coletados através de ambos os questionários foram analisados e interpretados em conjunto, de modo que se pudesse conhecer de fato a percepção do fenômeno estudado e para que se correlacionasse com literaturas estudadas anteriormente nesta pesquisa.

3.6.1 Alfa de Cronbach

Segundo Hair *et al* (2005), a confiabilidade configura-se como o grau em que os constructos são consistentes em suas mensurações, onde os dados coletados possam ser considerados uma representação fidedigna da situação pesquisada. Desta maneira, pretendendo avaliar se os constructos elaborados nesta pesquisa conseguiram de fato alcançar os objetivos propostos, se utilizou o Coeficiente Alfa de Cronbach para verificar a confiabilidade dos constructos elaborados.

Matta (2011, p.20), explica que:

O Alpha de Cronbach é um teste de validação de constructo que toma como referência a média do comportamento da variabilidade conjunta dos itens considerados, pressupondo que, para que um conjunto de variáveis descreva com fidelidade um conceito, seus itens dever ser fortemente correlacionados.

Afirma-se que este teste estima a confiabilidade das perguntas que estruturam um questionário. E é representado através da seguinte equação:

$$\alpha = \frac{n \left(\frac{cov}{var} \right)}{1 + (n - 1) \left(\frac{cov}{var} \right)}$$

Onde:

Cov = Média de covariância entre os itens;

Var = Média de variância entre os itens;

n = Número de itens (variáveis).

Os valores atribuídos para o α alteram entre 0 a 1,0; Freitas e Rodrigues (2005) atestam que, mesmo frente a diversos estudos sobre o coeficiente, não há concordância de opiniões sobre um valor do Alfa de Cronbach específico para a interpretação de fidedignidade de um questionário. Ainda de acordo com os autores, o valor mínimo atribuído para que um questionário seja satisfatório é 0,70. Isto porque quanto maior a proximidade do valor 1,0 maior a confiabilidade do instrumento.

No quadro 2, apresenta-se a classificação de confiabilidade proposta por Freitas e Rodrigues (2005) com base no coeficiente de Cronbach.

Quadro 5 - Classificação da confiabilidade a partir do coeficiente de Cronbach.

Confiabilidade	Muito baixa	Baixa	Moderada	Alta	Muito Alta
Valor de α	$\alpha \leq 0,30$	$0,30 < \alpha \leq 0,60$	$0,60 < \alpha \leq 0,75$	$0,75 < \alpha \leq 0,90$	$\alpha > 0,90$

Fonte: Freitas; Rodrigues (2005)

Para a avaliação do instrumento de pesquisa deste estudo, se utilizou o valor igual ou maior a 0,60.

3.7 Limitações da pesquisa

Considera-se uma limitação da presente pesquisa o fato de uma das amostras pretendida não ter sido atingida. No entanto, acredita-se que o número de alunos extensionistas, utilizado como base para determinar a população, possua contagens duplas nos casos em que o mesmo aluno tenha participado de mais de uma ação de extensão.

3.8 Local de Pesquisa

O município de Santana do Livramento está localizado na divisa do Brasil com o Uruguai, mais precisamente na fronteira-oeste do estado do Rio Grande do Sul-RS, possui extensão territorial de 6.950,354 km², com uma população de 82.464 habitantes. Sua economia está baseada no comércio, agricultura, pecuária, serviços, criação de bovinos e ovinos e, ao lado de sua cidade gêmea Rivera, está desenvolvendo economia baseada no turismo. Historicamente, através de suas potencialidades agropecuárias, a região onde a cidade se situa foi parte importante da economia do RS. Após mudanças no mercado mundial durante o século XX, a região passa por uma desaceleração econômica, assim, juntamente com dezenas de outras cidades da Metade Sul, Santana do Livramento compõe a região menos desenvolvida do estado gaúcho (HOFF, SAN MARTIN e SOPEÑA, 2011).

A estagnação econômica desta região foi tema de diversas discussões e influenciadora de políticas estaduais e federais que visavam a mudança desse quadro, pode-se destacar dentre essas intervenções a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e a criação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA no ano de 2006, fruto da reivindicação da comunidade regional.

A UNIPAMPA faz parte do programa de expansão das universidades federais no país, criada pelo governo federal como proposta de fomento e desenvolvimento das regiões economicamente menos desenvolvidas, e através da educação tem como finalidade viabilizar o progresso da região. Inicialmente, a implementação da instituição se deu através do firmamento de um Acordo de Cooperação Técnica entre o MEC, a Universidade Federal de Santana Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) no ano de 2005. A UFSM foi incumbida de instalar os *campi* nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel. A UFPel, por sua vez, tornou-se responsável pela implementação dos *campi* em Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento, os primeiros cursos da UNIPAMPA também ficaram sobre encargos das universidades citadas.

A Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008, assinada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, institui a Fundação Universidade Federal do Pampa com o objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional (BRASIL, 2008). A instituição possui seus 10 *campi* (Figura 2) localizados nas cidades de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São

Gabriel e Uruguaiana, com sua Reitoria localizada na cidade de Bagé. Após seus dez anos de criação, a instituição oferece sessenta cursos de graduação, vinte e oito especializações, onze mestrados e dois doutorados, somando o total de 10.968 alunos matriculados.

Figura 2– Localização dos *Campi* da UNIPAMPA pelo RS



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2016)

Na UNIPAMPA Santana do Livramento encontra-se o campus da área de Ciências Sociais Aplicadas, onde são ministrados os cursos de Bacharelado em Administração, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Bacharelado em Direito, Bacharelado em Relações Internacionais, Bacharelado em Economia, Especialização em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira, Especialização em Gestão Estratégica de Pequenas e Médias Empresas, Especialização em Gestão Pública e Mestrado em Administração, dispersos pelos referidos cursos estão matriculados aproximadamente 1200 alunos. O Campus Livramento conta com uma estrutura administrativa de 31 Técnicos-Administrativos e 27 terceirizados, além dos 56 docentes.

No Projeto Institucional da UNIPAMPA fica firmado o compromisso da instituição com o desenvolvimento da comunidade local, bem como as maneiras com que isso será cumprido (atividades de ensino, pesquisa e extensão). Em seu Plano de Desenvolvimento

Institucional estão estabelecidas, dentre outras coisas, as políticas de ensino, pesquisa e extensão que a instituição irá seguir.

Com tais políticas se busca contribuir para o desenvolvimento local através da formação de alunos comprometidos, críticos e participativos. Fica então estabelecida na política de ensino a formação de egressos críticos e com autonomia intelectual, comprometidos com as necessidades contemporâneas locais e globais. No âmbito da pesquisa, a política institucional frisa atividades voltadas a geração de conhecimento, fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, em prol do desenvolvimento sustentável. A política de extensão da UNIPAMPA torna essa atividade responsável pela articulação entre universidade e sociedade, revitalização das práticas de ensino e geração de novas pesquisas, desta forma garantindo a interdisciplinaridade e indissociabilidade ensino –pesquisa – extensão (UNIPAMPA, 2013).

A UNIPAMPA campus Santana do Livramento cumpre o que foi pactuado no Plano Institucional da universidade através de seus projetos de ensino, pesquisa e extensão, conforme verifica-se nos números apresentados no quadro a seguir:

Quadro 6 - Projetos realizados na UNIPAMPA Campus Santana do Livramento

	ENSINO	PESQUISA	EXTENSÃO
Projetos registrados em desenvolvimento	11	23	12
Projetos registrados nos 10 anos de existência	121	73	83

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do SIPPEE.

Considerando os objetivos deste estudo, foram enfatizados os dados referentes aos projetos de extensão da universidade. De acordo com o Relatório de Gestão de 2014 UNIPAMPA Campus Santana do Livramento, a universidade tem se inserido na comunidade através de ofertas de atividades de ensino, pesquisa e extensão, que vem apresentando, desde sua instalação na cidade, forte impacto na comunidade local e regional.

Os cursos ofertados no campus Santana do Livramento fazem parte da área de Ciências Sociais Aplicadas, em vista disso, devido sua natureza, o perfil das atividades de extensão do campus é de prestação de serviço. Assim, suas principais ações de extensão estão relacionadas à promoção de cursos, atividades de consultoria e articulação da atividade produtiva. Pode-se afirmar que as atividades extensionistas realizadas pela instituição vêm

buscando a proximidade com a comunidade externa e a contribuição com o processo de ensino de seus discentes.

O capítulo seguinte apresenta, detalhadamente, a análise e discussão dos dados coletados, tendo como finalidade responder os objetivos a que esta pesquisa se propõe.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise e discussão dos resultados obtidos através da aplicação dos instrumentos de coleta de dados se dão em consonância com a metodologia aplicada contemplando variáveis quantitativas.

Buscou-se identificar, através dos questionários aplicados, o conhecimento da comunidade santanense sobre as ações de extensão desenvolvidas pela UNIPAMPA, bem como de que maneira tais ações vem contribuindo para o desenvolvimento da cidade. Através dos questionários aplicados aos discentes da universidade, identificaram-se as principais características das ações de extensão e a forma como os alunos da instituição percebem tais atividades.

As variáveis deste estudo foram mensuradas por intermédio de escala tipo Likert de cinco pontos e analisadas através de percentuais, frequências, correlações e estatística descritiva. As seções que correspondem à análise do perfil dos entrevistados e do conhecimento da comunidade sobre as ações de extensão estão apresentadas através de percentuais e frequência.

A percepção dos discentes sobre as ações de extensão e como tais ações contribuem para a UNIPAMPA se tornar um agente de desenvolvimento são apresentadas através da elaboração de dois constructos distintos, tendo sido feito para encontrar as variáveis dos constructos teste de Correlação de Pearson. Após, são apresentados os valores do Alfa de Cronbach, bem como medidas de tendência central e medidas de dispersão de cada constructo.

4.1.1 Perfil dos respondentes santanenses

A amostra de uma das populações objeto deste estudo foi composta por 272 indivíduos moradores dos vinte e quatro bairros mais populosos da cidade de Santana do Livramento, objetivando alcançar a heterogeneidade dos moradores do município. Os resultados obtidos na análise dos dados estão organizados primeiramente abordando o perfil sociodemográfico dos respondentes.

Observou-se que em sua maioria, representando 67,7% dos indivíduos, são do sexo feminino, respondentes do sexo masculino representam 31,3% e indivíduos classificados como outro/indefinido constituem 1,1% da amostra. Quanto à escolaridade a amostra foi majoritariamente composta por respondentes que concluíram (121 indivíduos) ou não o

Ensino Médio (61 indivíduos), totalizando um percentual de 66,9%. Quando questionados sobre sua origem escolar do ensino fundamental e médio, grande parte dos respondentes demonstrou ter realizado seus estudos integralmente em escola pública, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil Sociodemográfico dos respondentes da comunidade santanense

	Opções	Frequência	Percentual
Sexo	Feminino	184	67,6%
	Masculino	85	31,3%
	Outro/Indefinido	3	1,1%
Idade	Até 25 anos	113	41,5%
	De 26 a 30 anos	42	15,4%
	De 31 a 35 anos	32	11,8%
	De 36 a 40 anos	20	7,4%
	De 41 a 45 anos	32	11,8%
	De 46 a 50 anos	19	7,0%
	Mais de 50 anos	13	4,8%
Escolaridade	Nível fundamental incompleto	16	5,9%
	Fundamental completo	16	5,9%
	Médio Incompleto	61	22,4%
	Médio completo	121	44,5%
	Superior Incompleto	27	9,9%
	Superior Completo	9	3,3%
	Pós-Graduação Incompleta	8	2,9%
	Pós-Graduação Completa	14	5,1%
Origem escolar (ensino fundamental)	Integralmente em escola pública	218	80,1%
	Integralmente em escola particular	11	4,0%
	Maior parte em escola pública	33	12,1%
	Maior parte em escola particular	9	3,3%
	Escola técnica	1	0,4%
Origem escolar (ensino médio)	Integralmente em escola pública	203	74,6%
	Integralmente em escola particular	20	7,4%
	Maior parte em escola pública	30	11,00%
	Maior parte em escola particular	5	1,8%
	Escola técnica	14	5,1%
Estado Civil	Solteiro	152	55,9%
	Casado/União Estável	98	36,0%
	Separado/Divorciado	12	4,4%
	Viúvo	3	1,1%
	Outro	7	2,6%
Renda familiar	De R\$800,00 a R\$1.760,00	164	60,3%
	De R\$1.761,00 a R\$2.640,00	51	18,8%
	De R\$2.641,00 a R\$3.520,00	25	9,2%
	De R\$3.521,00 a R\$4.400,00	13	4,8%
	Mais de R\$4.401,00	19	7%

Fonte: Dados da pesquisa.

Como ainda pode-se perceber na Tabela 1, a amostra foi bastante concentrada quanto ao estado civil e a renda. Caracterizando um perfil onde em sua maioria os indivíduos são solteiros (55%). A renda familiar dos moradores santanenses que participaram desta pesquisa está entre R\$800,00 a R\$2.640,00 (79,10%), sendo que 164 indivíduos dizem receber até dois salários mínimos, o que representa 60,3% do percentual apresentado.

Conforme dados expostos, pode-se verificar que a amostra é de certa forma homogênea entre si, sendo que as características dominantes são indivíduos do sexo feminino, solteiros ou casados, com idade entre menos de 25 até 30 anos, que possuem como nível de escolaridade o ensino médio completo e sua formação escolar feita em escola pública. Quanto a renda dos respondentes é possível notar uma concentração entre um e três salários mínimos, o que caracteriza a predominância de indivíduos pertencentes à média classe média, de acordo com a classificação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do governo. Em vista disso, conforme metodologia utilizada para este estudo, a amostra, que foi dividida entre os bairros que possuíam mais de 1% da população do município, pode ser considerada representativa. Isso porque suas características predominantes vão ao encontro das características descritas no Senso Demográfico do IBGE (2013).

4.1.2 Perfil dos respondentes discentes

A outra amostra desta pesquisa foi composta por 90 discentes que participam ou participaram como membros da equipe executora das ações de extensão desenvolvidas pela UNIPAMPA. Assim sendo, apresentam-se os dados sociodemográficos desses respondentes de maneira a criar um perfil dos alunos extensionistas.

A amostra foi bastante dividida, quanto ao sexo dos discentes, sendo 46,7% indivíduos do sexo feminino e 53,3% do sexo masculino. Em relação à idade, 71,1% dos respondentes estão na faixa etária entre 17 a 24 anos, apenas vinte e seis discentes disseram possuir idades superiores a essas. Referente ao estado civil, a amostra foi bastante concentrada, caracterizando um perfil de respondentes solteiros (86,7%).

A grande maioria dos alunos extensionistas possui o ensino superior incompleto (78,9%). Sobre a origem escolar dos mesmos, foi encontrada uma amplitude na formação integralmente feita em escola pública, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 - Perfil Sociodemográfico dos respondentes discentes

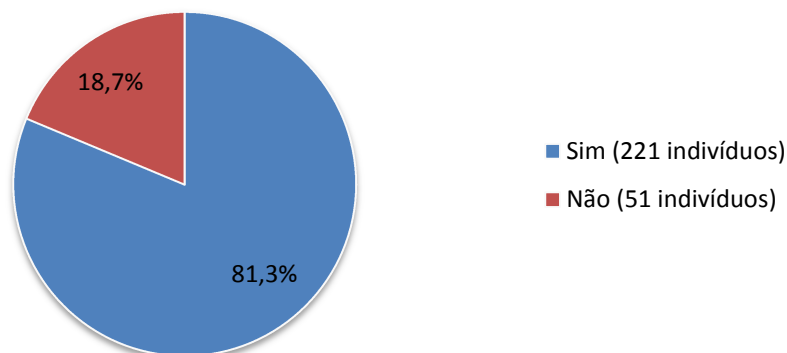
	Opções	Frequência	Percentual
Sexo	Feminino	42	46,7%
	Masculino	48	53,3%
Idade	De 17 a 20 anos	16	17,8%
	De 21 a 24 anos	48	53,3%
	De 25 a 28 anos	10	11,1%
	De 29 a 32 anos	11	12,2%
	33 anos ou mais	5	5,6%
Escolaridade	Médio/profissional	2	2,2%
	Superior Incompleto	71	78,9%
	Superior Completo	8	8,9%
	Pós-Graduação Incompleta	9	10%
Origem escolar (ensino fundamental)	Integralmente em escola pública	67	74,4%
	Integralmente em escola particular	15	16,7%
	Maior parte em escola pública	4	4,4%
	Maior parte em escola particular	4	4,4%
Origem escolar (ensino médio)	Integralmente em escola pública	73	81,1%
	Integralmente em escola particular	16	17,8%
	Maior parte em escola pública	1	1,1%
Estado Civil	Solteiro	78	86,7%
	Casado/União Estável	12	13,3%

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 2, é possível compreender que a amostra de alunos extensionistas da UNIPAMPA é composta por jovens adultos, em sua maioria solteira. Grande parte dos respondentes da amostra são alunos que estão cursando sua primeira graduação, possuindo sua trajetória escolar no ensino público.

4.1.3 Conhecimento da comunidade santanense sobre as ações de extensão da UNIPAMPA

Referente ao conhecimento da comunidade sobre a presença da Universidade Federal do Pampa na cidade de Santana do Livramento a amostra foi bastante homogênea, tendo a totalidade de 221 indivíduos possuindo conhecimento sobre a existência da mesma no município, conforme ilustrado no Gráfico 1. Contudo, cabe ressaltar que após 10 anos da implementação do campus na cidade, 18,8% dos respondentes não estão ciente da presença da Universidade Federal.

Gráfico 1 Conhecimento sobre a presença da UNIPAMPA na cidade

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 3 apresenta o conhecimento da comunidade santanense sobre a UNIPAMPA de acordo com os bairros de onde foi retirada a amostra. É possível perceber que os respondentes desta pesquisa possuem conhecimento sobre a Universidade sem muita dispersão, demonstrando que não somente os moradores dos bairros mais próximos das instalações físicas da universidade possuem ciência sobre a mesma.

Tabela 3- Conhecimento sobre a UNIPAMPA relação bairro

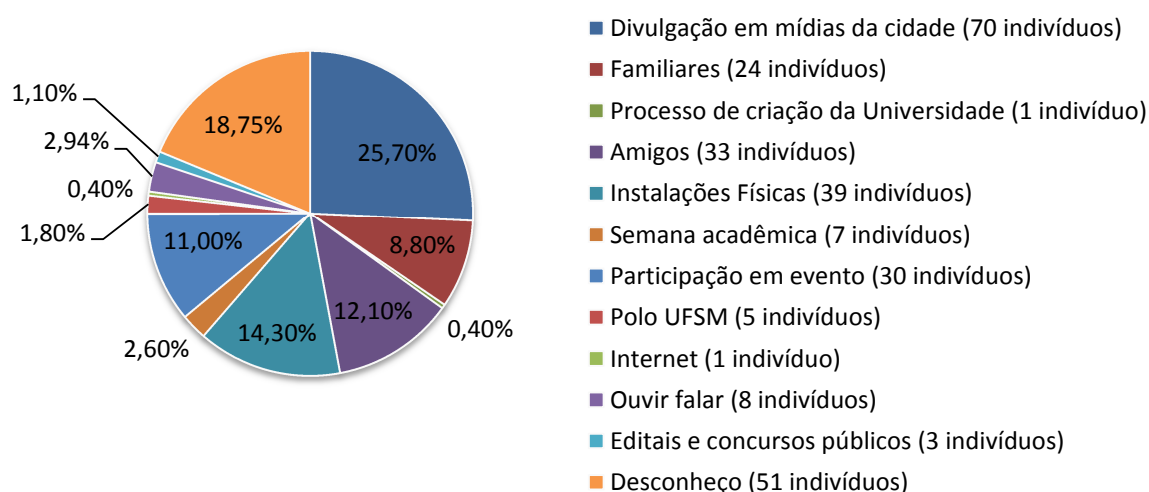
Bairro	Conhecimento sobre UNIPAMPA		Total
	Sim	Não	
Centro	33	1	34
Divisa	25	4	29
Prado	20	1	21
Jardins	16	1	17
Registro	13	1	14
Hidráulica	7	6	13
Wilson	10	0	10
Parque São José	8	3	11
Parque das Águas	7	4	11
Planalto	8	2	10
Brasília	7	2	9
Umbu	8	1	9
Tabatinga	6	3	9
Argiles	6	2	8
Carolina	7	1	8
São Paulo	4	3	7
Morada da Colina	5	2	7
Parque do Sol	6	1	7
Bela Vista	4	3	7
Fluminense	7	0	7
Kennedy	1	6	7
Armour	6	0	6

Cohab do Armour	4	2	6
Vila Real	3	2	5

Fonte: Dados da pesquisa

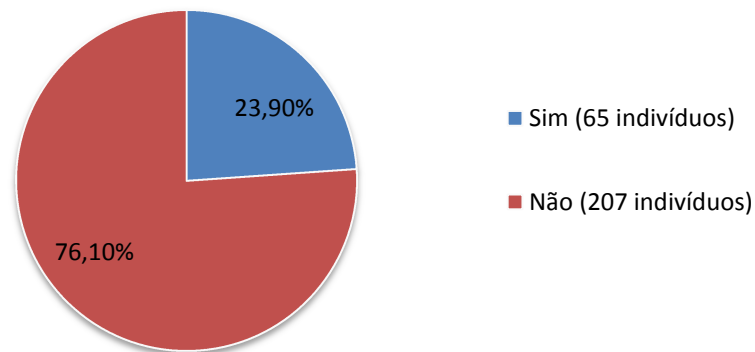
Questionados como conheceram a universidade, observou-se a amostra bastante equilibrada uma vez que diferentes resultados foram encontrados (Gráfico 2). Em suma, as alternativas com maiores representatividade de como os respondentes conheceram a universidade foram: através da divulgação em mídias da cidade (25,70%), por intermédio de amigos (12,20%), através das instalações físicas (14,3%) e a participação em eventos realizados na instituição (11%).

Gráfico 2 - Como os respondentes conheceram a UNIPAMPA



Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda com o objetivo de verificar com confiabilidade o conhecimento da comunidade sobre a universidade e suas ações extensionistas, os respondentes foram questionados quanto as suas participações em atividades, ações, programas ou eventos realizados pela UNIPAMPA. Também foram questionados quanto seu conhecimento sobre os projetos desenvolvidos pela instituição. Tem-se então, que 76,10% dos respondentes não conhecem projetos da universidade (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Conhecimento sobre os projetos de extensão da UNIPAMPA

Fonte: Dados da pesquisa.

A falta de conhecimento sobre os projetos da instituição acaba por refletir sobre a participação dos respondentes em projetos ou a inserção destes em atividades da UNIPAMPA. Somente 7,7% dos indivíduos estiveram inseridos em atividades realizadas pela instituição, quanto à participação em eventos este percentual mostra-se em crescimento, totalizando 32% de respostas positivas (Tabela 4).

Tabela 4 - Participação dos respondentes em atividades da UNIPAMPA

	Opções	Frequência	Percentual
Inserção em atividades realizadas pela UNIPAMPA	Sim	21	7,7%
	Não	251	92,3%
Participação em eventos realizados pela UNIPAMPA	Sim	87	32%
	Não	185	68%

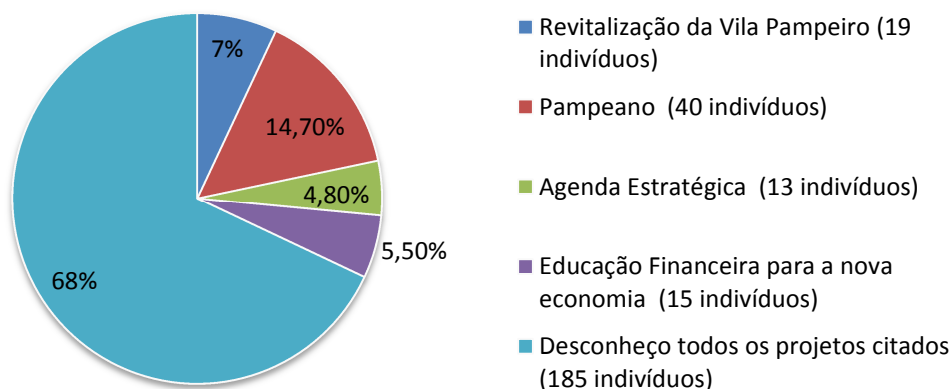
Fonte: Dados da pesquisa.

Após identificar o conhecimento da comunidade santanense sobre a presença da UNIPAMPA, foi realizada uma abordagem sobre as ações de extensão desenvolvidas pela universidade. Isso para que se pudesse compreender se, mesmo não reconhecendo como sendo uma ação da UNIPAMPA, os respondentes conseguiam identificar projetos que estão inseridos na comunidade e que estejam causando impacto transformador na sociedade, sendo este impacto uma das diretrizes para as ações de extensão universitária estipulada pelo FORPROEX (2007).

Nesta etapa do questionário, com base nos registros do Sistema de Informação para Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNIPAMPA, foram selecionados quatro projetos de extensão de diferentes áreas para que os respondentes pudessem demonstrar seus conhecimentos sobre estes, a saber: Projeto Revitalização da Vila Pampeiro, PAMPEANO, Agenda Estratégica de Santana do Livramento e Educação Financeira para a Nova Economia. Ressalta-se que estes projetos foram escolhidos por estarem com suas atividades em andamento e por terem sido desenvolvidos em anos anteriores, o que poderia facilitar que os respondentes estivessem cientes de tais ações da universidade.

Quando confrontados sobre conhecerem os projetos de extensão desenvolvidos pela UNIPAMPA campus Santana do Livramento, 68% afirmavam desconhecê-los. Os 32% restante responderam de maneira bastante equilibrada, dividindo-se sobre os projetos que lhes foram apresentados, com destaque para o projeto de extensão PAMPEANO que totalizou 40 respondentes que disseram ter recebido informações sobre o projeto (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Projetos de Extensão da UNIPAMPA



Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda questionou-se a possibilidade dos respondentes terem ciência de outras ações realizadas pela UNIPAMPA. Neste caso, 247 indivíduos, que totalizam um percentual de 90,8% da amostra, desconheciam quaisquer tipos de ações vindas da universidade. Os outros 25 respondentes disseram conhecer diferentes projetos da instituição, a saber: Apoio ao APL do Leite (0,4%), Informática para a Terceira Idade (3,7%), Ferradura dos Vinhedos (0,4%),

Coletivo Livra Elas (2,2%), Concurso Binacional de Ideias Inovadoras (0,8%) e Todos pela Qualidade (1,1%).

Com base no acima exposto, é possível constatar que a presença da universidade na cidade está sendo percebida pela maioria dos representantes da amostra. Estes obtiveram conhecimento sobre a instituição de diferentes maneiras. A grande maioria disse receber informações sobre as atividades que vem sendo realizadas por meio de divulgação em mídias da cidade. Entretanto, grande percentual da amostra demonstra não haver entendimento sobre os projetos, também dizem nunca terem feito parte de atividades que vem sendo realizadas pela instituição.

Cabe ressaltar que um significativo percentual da amostra que possui conhecimento sobre a universidade diz ter participado de eventos dentro da instituição. Outros respondentes também confirmam terem estado inseridos em atividades realizadas pela universidade. Com isso, é possível perceber que a comunidade santanense inicia sua compreensão referente a UNIPAMPA através de seus projetos de extensão.

Tomando como base o Plano de Trabalho de Extensão Universitária (1975) elaborado pelo FORPROEX que classifica as ações de extensão como: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço que possuam caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, percebe-se que as ações da instituição citadas pelos residentes do município vão ao encontro da classificação feita pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

Pode-se considerar que as ações de extensão da UNIPAMPA campus Santana do Livramento conseguem chegar ao conhecimento da comunidade onde está inserida de maneira modesta. Esta reflexão parte do pouco conhecimento que os respondentes demonstram ter sobre as atividades da universidade. Assim sendo, verifica-se a necessidade de implementação de um programa de divulgação das ações de extensão mais concreto e permanente, para que se possa alcançar um número maior de indivíduos que conheçam e participem das ações realizadas pela instituição de ensino.

Essa divulgação mais abrangente terá papel importante para que, com o aumento da comunidade inserida em ações que venham a beneficiá-la, a UNIPAMPA possa efetivamente cumprir com um dos objetivos que estão incumbidos à extensão universitária, fazendo com que a instituição de ensino de fato cumpra com sua missão social. Santos (2013) reconhece esta inserção da universidade como fator que favorece o desenvolvimento econômico, social, cultural e político da sociedade. Corroborando com esta posição, Souza (2015) afirma que as

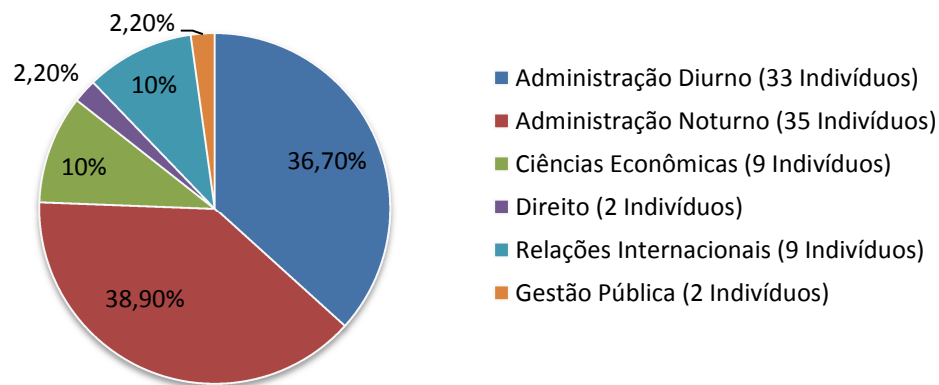
ações de extensão universitária fortalecem a universidade através da divulgação da cultura universitária à comunidade.

4.1.4 Percepção dos discentes sobre as ações de extensão da UNIPAMPA

Após conseguir identificar o perfil da comunidade santanense, o perfil dos alunos extensionistas e o conhecimento dos moradores da cidade de Santana do Livramento, analisa-se, neste item, a forma como os próprios discentes percebem a extensão feita pela universidade. Toma-se como base a amostra composta por 90 discentes que participam ou participaram de atividades de extensão realizadas pela UNIPAMPA. Para isso, analisaram-se inicialmente complementos para o perfil extensionista já identificado.

No Gráfico 5 são encontrados os cursos em que estes alunos estão distribuídos. O curso de administração possui a maior representatividade de respondentes que participam/participaram de ações de extensão, acredita-se que isso se deve pelo tempo em que o curso está sendo ministrado no campus. Os cursos de Ciências Econômicas e Relações Internacionais possuem o mesmo número de indivíduos compondo a amostra (9 indivíduos), bem como os cursos de Direito e Gestão Pública que totalizam o mesmo percentual de representatividade (2,2%).

Gráfico 5 - Representatividade dos alunos por curso



Fonte: Dados da pesquisa.

O turno em que os discentes estão em aula e o tempo que estes alunos permanecem na instituição também são analisados para que se possa evidenciar se a participação e a maneira

com que estes percebem as ações de extensão realizadas pela UNIPAMPA diferem como reflexo dessas características.

Na Tabela 5, pode-se perceber que não existe uma grande concentração de dados quanto aos turnos que os respondentes da amostra assistem a suas aulas, onde 50% estão em aulas durante o período da noite e os outros 50% dos discentes tem suas atividades de ensino no período diurno ou integral.

Tabela 5 - Turno e tempo de estudo na UNIPAMPA

	Opções	Frequência	Percentual
Turno em que frequenta/frequentava as aulas na UNIPAMPA	Diurno	33	36,7%
	Integral	12	13,3%
	Noturno	45	50%
Tempo em que estuda na UNIPAMPA	Até 1 ano	2	2,2%
	De 1 a 2 anos	9	10%
	De 2 a 3 anos	27	30%
	3 anos ou mais	38	42,2%
	Já concluí o curso	12	13,3%
	Outro	2	2,2%

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos dados apresentados e após realização de teste de correlação, compreende-se que o turno em que os discentes estão em aula e o tempo que estes alunos permanecem na instituição não refletem no que diz respeito à participação e a maneira como os discentes percebem as ações de extensão realizadas pela UNIPAMPA.

Foi verificado se os alunos conseguem compreender o conceito de extensão universitária, que foi definido pelo FORPROEX (1987) como o processo que viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade através da educação, da cultura e da ciência. Também buscou-se identificar se os acadêmicos entendem a finalidade desta função universitária, que Sangenis (2012) evidencia ser o organismo para a superação das desigualdades sociais e importante fator para a formação completa dos alunos. Deste modo, ao serem questionados sobre o entendimento do conceito de extensão universitária, 53,3% dos respondentes parecem conseguir compreender tal definição. Entretanto, 46,7% dos indivíduos, mesmo participando de ações extensionistas, não conseguem definir e identificar suas finalidades.

Os discentes da UNIPAMPA que demonstraram compreender a definição de extensão universitária a estabelecem como uma atividade que além de aprimorar o conhecimento, contribui para melhoria da sociedade colocando em prática o estudo teórico. Os alunos

relacionam as ações extensionistas como forma de corroborar com o crescimento pessoal e profissional dos universitários. Ainda ressaltam que os projetos realizados pela universidade devem ser melhores divulgados e mais apoiados pela direção e docentes da instituição.

Nas contribuições feitas pelos acadêmicos que conseguem definir e identificar as finalidades da extensão contém de forma intrínseca a diretriz Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão fixada pelo FORPROEX (2007), que estabelece que as ações de extensão devam favorecer o processo de formação de pessoas, sendo o aluno o principal eixo desse processo, corroborando simultaneamente com seu crescimento pessoal e profissional.

O instrumento de coleta de dados utilizado para identificar a percepção dos acadêmicos sobre as ações de extensão foi adaptado de Barbosa (2012). A autora elaborou diferentes constructos para alcançar os objetivos a que se propunha, no entanto, por se tratarem de amostras com características distintas e por possuir finalidades diferentes, foi formado para este estudo um novo constructo que difere dos elaborados pela autora do questionário utilizado.

Em vista disso, para que de fato fosse possível identificar a percepção dos discentes sobre as ações de extensão da UNIPAMPA, foi elaborado o constructo “percepção sobre extensão”. As variáveis que compõem esse constructo foram retiradas das perguntas do instrumento de coleta de dados que se fundamentam na escala tipo Likert, com variabilidade de 1 a 5 pontos, sendo o terceiro ponto a opção indiferente, ou seja, uma opção de neutralidade. Para identificar quais eram as questões de onde seriam retiradas as variáveis que originaram o constructo, foi realizado um teste de Correlação de Pearson. Assim, as questões que estavam fortemente correlacionadas formaram as variáveis do constructo (Tabela 6).

O constructo “percepção sobre extensão” obteve o Alfa de Cronbach 0,846 o que demonstra uma confiabilidade do constructo alta. Portanto, neste estudo, a percepção dos alunos que participam ou participaram de ações de extensão da UNIPAMPA será considerada como a percepção dos respondentes a partir das variáveis expostas (Tabela 6).

Tabela 6 - Constructo Percepção sobre Extensão Universitária

Constructo	Variável	Questão	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Percepção sobre Extensão Universitária	Eventos	Você participa dos eventos de extensão da Universidade?	1	5	3,26	1,066
	Atividades sociais	Você fica (ou) sabendo das atividades sociais e culturais de extensão que são realizadas pela UNIPAMPA?	2	5	3,32	1,100
	Informações sobre extensão	Você recebeu informações sobre a extensão quando ingressou na Universidade?	1	5	2,61	1,278
	Conhecimento	Você já foi informado ou tomou conhecimento sobre os programas ou projetos de extensão desenvolvidos na UNIPAMPA?	1	5	3,61	1,067
	Acesso ao site	Você acessa o site da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)?	1	5	1,80	1,030
	Pesquisa-Ensino	Quanto às ações de extensão da UNIPAMPA que conhece você percebe que: Estão articuladas com a pesquisa e o ensino	1	5	3,56	1,072
	Democratização	Quanto às ações de extensão da UNIPAMPA que conhece você percebe que: Contribuem para a democratização do ensino	2	5	3,77	1,050
	Articulação	Quanto às ações de extensão da UNIPAMPA que conhece você percebe que: Propiciam a articulação de saberes entre diferentes áreas do conhecimento	1	5	4,28	0,765
	Inter-relação	Quanto às ações de extensão da UNIPAMPA que conhece você percebe que: Contribuem para inter-relação de organizações e pessoas	2	5	4,26	0,663
	Impacto social	Quanto às ações de extensão da UNIPAMPA que conhece você percebe que: Contribuem para a transformação e impacto social da comunidade	1	5	3,99	1,086
	Desigualdade	Quanto às ações de extensão da UNIPAMPA que conhece você percebe que: Contribuem para a superação de desigualdades e exclusão	1	5	3,66	1,273
	Políticas Públicas	Quanto às ações de extensão da UNIPAMPA que conhece você percebe que: Contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário, democrático e sustentável	1	5	3,57	1,290
	Diálogo	Quanto às ações de extensão da UNIPAMPA que conhece você percebe que: Estão interligados a setores sociais estimulando o diálogo	1	5	3,77	1,028
Inserção profissional	Quanto a sua participação em ações de extensão, você concorda que: Contribui (u) para a inserção profissional	2	5	3,97	0,930	

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 6, pode-se verificar a análise feita a partir de estatística descritiva das variáveis que formaram o constructo. Apresentam-se as médias e os desvios padrões, bem como as mínimas e máximas respostas fornecidas em cada questão de onde derivam cada variável.

O desvio padrão das variáveis pode ser considerado baixo, sendo o maior 1,290, indicando uma baixa variabilidade na percepção dos discentes quanto às questões abordadas.

Todas as médias dessas variáveis estão acima de 1,80, sendo que o máximo é representado como 5 “sim, sempre”, podendo-se concluir que há uma tendência de os discentes perceberem na extensão universitária realizada pela UNIPAMPA as variáveis: eventos, atividades sociais, informações sobre extensão, conhecimento, acesso ao site, pesquisa-ensino, democratização, articulação, inter-relação, impacto social, desigualdade, políticas públicas, diálogo e inserção profissional.

O constructo “Percepção sobre extensão universitária” desenvolvido para identificar como os discentes compreendem as ações da UNIPAMPA, possui uma média de 3,5286. A moda do constructo, que representa o valor com maior frequência de resposta (Hair *et.al.*, 2005), é de 3,64 estando basicamente junta ao centro dos dados coletados (3,6429), o desvio padrão e a variância mostram que não há uma significativa dispersão dos indivíduos quanto a suas respostas.

Como pode ser observado nos dados da Tabela 7, tende a significar que os acadêmicos conseguem perceber de forma sutil as ações da universidade ou ainda há a possibilidade destes possuírem opinião indiferente sobre o constructo. Entretanto, se analisado o valor do desvio padrão frente à média, torna-se possível perceber que a tendência é de que os discentes possuem maior concordância do que discordância sobre o constructo. Sendo, fundamentada através da escala tipo Likert, a opção que mais tende a corresponder com a opinião dos respondentes a opção “Frequentemente”.

Tabela 7 – Estatística descritiva do constructo “Percepção sobre Extensão Universitária”

Constructo	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão	Variância
Percepção sobre Extensão Universitária	3,5286	3,64	3,6429	0,61331	0,376

Fonte: Dados da pesquisa

Através da percepção dos respondentes, foi possível esclarecer que as ações de extensão realizadas pela UNIPAMPA conseguem contribuir para a articulação do ensino e da pesquisa, característica tão discutida por diversos autores quando se falado sobre o tema. Autores como Demo (2001) e Botomé (1996) declaram que uma extensão de qualidade deve partir do pressuposto da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. A média da variável “articulação entre ensino-pesquisa-extensão” foi de 3,56, o que representa que grande parte dos respondentes torna clara a presença dessa característica nas ações em que

participaram, mostrando certa efetividade na política de extensão traçada no Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPAMPA (2013).

Algumas variáveis do constructo apresentam destaque se analisadas suas estatísticas (Tabela 6). A variável “articulação”, que possui média de 4,28 e desvio padrão de 0,765, permite verificar que as ações de extensão da universidade estão propiciando a junção de saberes das diferentes áreas do conhecimento. Com base na média 4,26 e desvio padrão 0,663 é possível perceber que as ações de extensão da UNIPAMPA colaboram na inter-relação de organizações e pessoas. As ações de extensão também favorecem para a transformação e impacto social da comunidade, tendo essa variável a média de 3,99. Por fim, a variável “inserção profissional” apresenta média de 3,97 e desvio padrão 0,930, mostrando que a participação dos discentes em ações de extensão corrobora para a inserção profissional dos mesmos.

As variáveis que apresentaram as menores médias foram: “acesso ao site” e “informações sobre extensão”, com médias nos valores de 1,80 e 2,61 respectivamente. De maneira empírica é possível entender como normal o baixo valor encontrado na variável acesso ao site. Acredita-se que a maior parte dos acadêmicos utiliza as redes sociais, murais da instituição ou até mesmo de informações boca a boca para terem conhecimento das ações de extensão que estão sendo realizada. Deste modo tendo como consequência a diminuição dos acessos ao site oficial da Pró-Reitoria de Extensão da universidade.

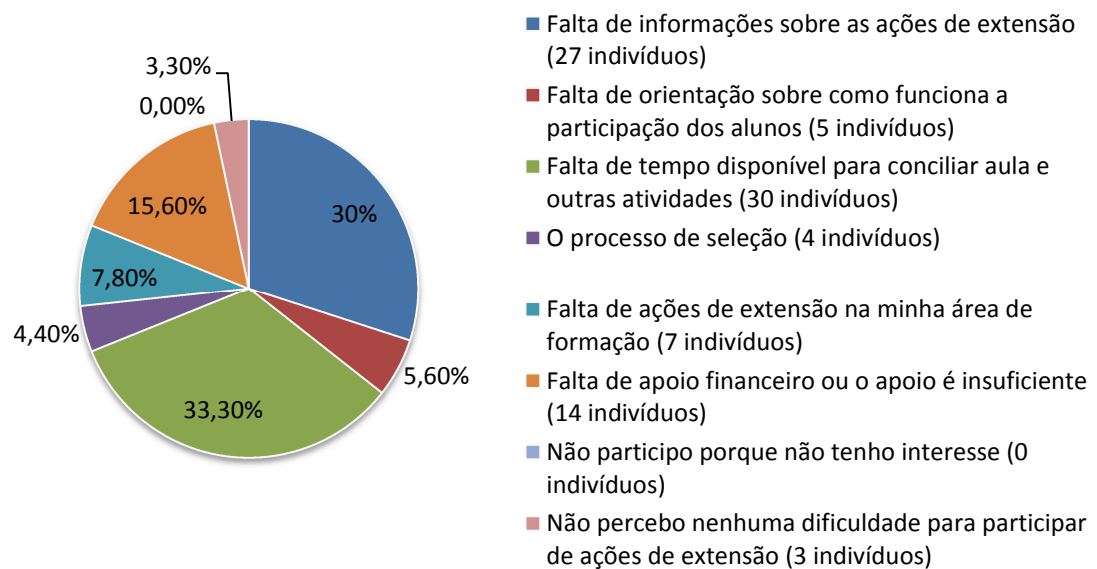
A variável “informações sobre extensão”, que versa sobre o recebimento de informações sobre as ações de extensão no período de ingresso do aluno na universidade, se analisada conforme o valor de sua média (2,61) e seu desvio padrão (1,277), merece atenção ao demonstrar que parte dos acadêmicos dizem poucas vezes terem recebido informações sobre as ações extensionistas da instituição (variabilidade 2 na escala tipo Likert).

A percepção dos alunos da UNIPAMPA a respeito da extensão universitária vista através das variáveis que a forma, está sustentada conceitualmente no proposto por Nogueira (2000), que afirma que o processo vindo das práticas extensionistas é indispensável na formação do aluno, isso porque proporciona diferentes tipos de relações disciplinares e corrobora para a formação profissional. Nesse sentido, Martins (2008) evidencia que através do contato da comunidade acadêmica com a sociedade, diferentes práxis do conhecimento são adquiridas, proporcionando aos estudantes uma visão diferenciada da realidade da sociedade.

Com a finalidade de complementar o entendimento obtido através das respostas dos discentes referente a percepção que estes possuem sobre as ações realizadas pela universidade

e visando identificar dificuldades potenciais que estas ações podem vir a encontrar tratando-se da atuação dos acadêmicos, os respondentes foram indagados sobre os motivos que dificultam a participação nas ações de extensão. Diante das oito possibilidades que lhes foram apresentadas, as respostas estiveram concentradas entre a falta de informação sobre as ações de extensão (30%), a falta de tempo disponível para conciliar aula e outras atividades (33,3%) e a falta de apoio financeiro ou apoio insuficiente (15,6%), o que totaliza 78,9% dos respondentes (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Motivos que dificultam a participação dos discentes em ações de extensão



Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do exposto, considera-se, portanto, que os alunos da UNIPAMPA conseguem compreender as ações de extensão de acordo com as características estipuladas pelo FORPROEX, bem como com as definições pactuadas no Plano Institucional da Universidade. O que se percebe é uma extensão voltada para atividades sociais que concomitantemente contribuem na formação do aluno extensionista.

Os acadêmicos demonstram que as ações realizadas pela instituição fortalecem a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, cabe ressaltar que esta importante característica vem sendo debatida desde I Encontro Nacional de Extensão (1987) e a partir do Art. 207 da Constituição, que propuseram diferentes iniciativas para que este princípio seja

alcançado por todas as universidades públicas. Percebe-se que a UNIPAMPA está conseguindo contemplar anseios das políticas educacionais há tanto tempo debatidos.

Uma das variáveis que formaram o constructo percepção sobre extensão universitária, a qual se destaca, pois vai ao encontro do objetivo proposto neste estudo, refere-se à contribuição das ações na elaboração de políticas públicas. Esta variável pode ser considerada bastante significativa à medida que ao contribuir no desenvolvimento de programas, ações ou atividades de interesse público, a universidade começa a contribuir efetivamente para o desenvolvimento social da cidade ou região em que está inserida.

Entretanto, apesar de a instituição apresentar positivas características que influenciam no crescimento pessoal e profissional dos discentes, é preciso salientar que a falta de informação, elencada pelos acadêmicos como o principal motivo que dificulta a participação em ações de extensão, pode vir a ser um problema para a consolidação das ações de extensão na universidade. Mostrando-se mais uma vez a necessidade de um programa contínuo de marketing e divulgação sobre as ações de extensão da UNIPAMPA.

4.1.5 A UNIPAMPA como agente de desenvolvimento regional

O conceito de desenvolvimento trabalhado neste estudo é o de processo endógeno capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população (BUARQUE, 2008). Partindo desse pressuposto, através da aplicação do instrumento de coleta de dados, foi possível reunir informações para que se pudesse entender de que maneira a UNIPAMPA está colaborando como agente de desenvolvimento da região.

Assim, foi elaborado, com base nas respostas da comunidade santanense, o constructo “Extensão-Desenvolvimento”, tendo as variáveis sido retiradas das questões feitas à população alvo. Estas questões se fundamentam na escala tipo Likert, com variabilidade de 1 a 5 pontos, contendo a opção indiferente. Após a realização do teste de Correlação de Pearson foram identificadas as questões que se tornariam as variáveis do constructo.

O constructo “Extensão-Desenvolvimento” obteve o Alfa de Cronbach 0,915, demonstrando uma confiabilidade do constructo muito alta. Logo, neste estudo, os meios pelos quais a UNIPAMPA se torna um agente de desenvolvimento regional serão considerados como aqueles percebidos pelos respondentes (Tabela 8).

Tabela 8 - Constructo Extensão-Desenvolvimento

	Variável	Questão	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Extensão – Desenvolvimento	Impacto Social	Os projetos desenvolvidos pela UNIPAMPA possuem impacto social na comunidade.	1	5	3,50	1,212
	Ações da UNIPAMPA (melhoria)	As ações realizadas pela UNIPAMPA possibilitam melhorias para a comunidade santanense.	1	5	3,63	1,129
	UNIPAMPA transmite conhecimento	A UNIPAMPA consegue transmitir e disseminar o conhecimento produzido dentro da universidade para a comunidade santanense.	1	5	3,47	1,143
	UNIPAMPA prestadora de serviço	A UNIPAMPA tem reforçado seu papel de prestadora de serviço à sociedade	1	5	3,36	1,225
	Projetos como superação de desigualdades	Os projetos realizados pela UNIPAMPA servem como instrumento de superação das desigualdades sociais.	1	5	3,56	1,223
	Importância na região	A presença da UNIPAMPA é importante nesta região.	1	5	4,47	0,983
	Papel da Universidade	O papel da Universidade vai além de formar profissionais para o mercado de trabalho.	1	5	4,26	0,957
	Implementação da UNIPAMPA	A implantação da UNIPAMPA trouxe mudanças para o desenvolvimento da região.	1	5	4,10	1,062
	Relação Universidade-Desenvolvimento da região	A relação entre Universidade e comunidade é importante para o desenvolvimento da região.	1	5	4,31	0,892
	UNIPAMPA geradora de desenvolvimento para a cidade	A UNIPAMPA pode ser vista como geradora de desenvolvimento para a cidade de Santana do Livramento.	1	5	4,16	1,031
	Influencia na economia da cidade	A UNIPAMPA influencia a economia da cidade de Santana do Livramento.	1	5	3,77	1,069
	Estímulo a cultura	A UNIPAMPA estimula a cultura em Santana do Livramento.	1	5	3,81	1,099
	Modifica relações sociais	A UNIPAMPA modifica relações sociais em Santana do Livramento.	1	5	3,76	1,171
	Interação da UNIPAMPA com a comunidade	Existe interação da UNIPAMPA com a comunidade.	1	5	3,29	1,214

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode ser visto na Tabela 8 as mínimas e as máximas respostas dadas pelos indivíduos que compõe a amostra, também contém a média e o desvio padrão de cada variável. Todas as médias estão acima de 3,29, sendo a maior média encontrada de 4,47, valor que corresponde à média da variável “importância na região”. O maior desvio padrão está na variável “UNIPAMPA prestadora de serviço”, sendo este desvio de 1,225.

A variável “UNIPAMPA geradora de desenvolvimento para a cidade” apresentou um significativo valor de média (4,16), demonstrando que a comunidade santanense consegue notar a universidade como agente de desenvolvimento local. Nesse sentido, Nicácio (2009) afirma ser necessária a integração da universidade no processo de crescimento de uma sociedade junto aos demais agentes, firmando a função social de uma IES.

As variáveis que analisam quanto à disseminação de conhecimento produzido dentro da universidade para a comunidade santanense e a instituição como prestadora de serviço, possuem médias e desvios padrões com valores próximos, o que pode ser reflexo da similaridade destas questões, visto que uma vez prestadora de serviço a academia consegue transmitir seu conhecimento para o meio externo (NICÁCIO, 2009). No caso da UNIPAMPA os respondentes parecem perceber estas variáveis de maneira positiva.

O constructo desenvolvido para identificar os meios pelos quais a UNIPAMPA contribui para o desenvolvimento da região possui uma média de 3,8172. A maior frequência de resposta do constructo é de 3,71 estando bastante próxima do centro dos dados coletados (3,8571), o desvio padrão e a variância podem ser considerados baixos, demonstrando que não há uma significativa dispersão dos indivíduos quanto a suas respostas (Tabela 9).

Com base nos dados apresentados na Tabela 9, é possível verificar que os respondentes conseguem perceber o constructo “Extensão-Desenvolvimento”, podendo ainda concluir-se que visto de um prisma não tão favorável, alguns respondentes não possuem opinião sobre a universidade como agente de desenvolvimento da região. Essa conclusão se deve pelo valor da média e tamanho do desvio padrão verificado para o constructo.

Tabela 9 – Estatística descritiva do constructo “Extensão-Desenvolvimento”

Constructo	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão	Variância
Extensão - Desenvolvimento	3,8172	3,71	3,8571	0,76259	0,582

Fonte: Dados da pesquisa

As questões elaboradas para a criação do constructo buscam evidenciar se a comunidade santanense consegue perceber os meios pelos quais a UNIPAMPA está desenvolvendo a região onde está inserida. Salienta-se que diferentes meios podem desenvolver uma região, assim, não somente os apresentados por esta pesquisa. Os meios evidenciados neste estudo estão relacionados com características que vão ao encontro dos projetos de extensão realizados pela universidade.

Os atributos na relação entre universidade e região que buscaram-se identificar nas variáveis que formaram o constructo são as evidenciadas por Nicácio (2009) como papéis da universidade no processo de desenvolvimento regional, a saber: ajudar a mudar condições socioeconômicas da região ou município, acelerar o desenvolvimento econômico e social da região, ajudar os indivíduos a adaptarem-se a mudanças na sociedade, aplicar os conhecimentos da ciência e a pesquisa aos problemas regionais; promover melhorias nas

condições econômicas e de qualidade de vida, estender a sociedade conhecimentos e habilidades, estimular o desenvolvimento do próprio indivíduo, inserir a região em programas de desenvolvimento do país e promover a divulgação da informação e do conhecimento.

Os papéis da universidade no processo de desenvolvimento da região salientados por Nicácio (2009) podem ser verificados nas ações da UNIPAMPA, uma vez que os respondentes da cidade de Santana do Livramento conseguem identificar a influência da universidade na economia, no estímulo fornecido a cultura, no papel de prestadora de serviço que a instituição vem exercendo, dentre outras características percebidas. A mudança nas condições socioeconômicas da sociedade só poderá ocorrer se a universidade conseguir disseminar os conhecimentos produzidos dentro da instituição, de forma que a qualidade de vida da comunidade consiga ser melhorada e que a instituição de ensino consiga atender as necessidades do país e/ou região (REIS; BANDOS, 2012; NICÁCIO, 2009), o que ocorre de acordo com a percepção da comunidade santanense, uma vez que a UNIPAMPA, dentro de suas atribuições como instituição de ensino, está demonstrando atender as necessidades da população.

Com base nos dados estatísticos apresentados nas tabelas anteriores, percebe-se que a comunidade identifica a importância da implementação de uma universidade federal no município, bem como consegue compreender que a universidade possui objetivo maior do que somente a formação de profissionais para o mercado de trabalho. Neste sentido, Santos (2013) corrobora ao evidenciar que a formação completa dos acadêmicos das instituições irá favorecer o desenvolvimento da sociedade de diferentes formas.

Entretanto, chama atenção que a variável “Interação da UNIPAMPA com a comunidade”, presente no constructo “extensão-desenvolvimento”, apresenta média (3,29) próxima a variabilidade “indiferente” da escala tipo Likert. Isso pode significar uma baixa relação entre universidade e a comunidade santanense, fato que poderá tornar-se preocupante à medida que tal interação possa vir a atenuar-se. Para Reis e Bandos (2012) da interação das IES com a comunidade local constrói-se um conhecimento motivador para a transformação social, tendo como base a geração de um novo olhar dos estudantes universitários para a comunidade. Nesse sentido, mostra-se pertinente uma nova e maior análise dessa variável em possíveis novas pesquisas.

No constructo “Percepção sobre Extensão Universitária”, elaborado na seção anterior, é possível perceber as características que os discentes envolvidos em ações de extensão vêm na relação da universidade com o meio externo. Tais características se exteriorizam através de

cinco variáveis que fazem parte da elaboração do constructo, são estas: inter-relação, impacto social, desigualdade e exclusão, políticas públicas e diálogo. Foi adicionada a estas variáveis, para análise desta seção, a questão número 33 do instrumento de coleta de dados direcionado aos acadêmicos, que versa sobre a troca de saberes entre universidade e os demais setores da sociedade.

Por meio de dados estatísticos (Tabela 10) pode-se compreender que na visão dos alunos extensionistas a universidade tem conseguido interagir com a comunidade santanense no processo de desenvolvimento da cidade. Os acadêmicos evidenciam uma relação de proximidade do saber produzido dentro da academia para com a comunidade externa, desenvolvendo aspectos essenciais da extensão universitária. Ainda foi possível perceber que do prisma desses acadêmicos há uma contribuição positiva e significativa quanto ao impacto social que a instituição vem causando aos residentes do município.

Tabela 10 - Características percebidas pelos discentes na relação da universidade com o meio externo

Característica	Opções	Frequência	Percentual	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Inter-relação	Não percebi	0	0%	2	5	4,26	0,663
	Pouco, às vezes	1	1,1%				
	Indiferente	8	8,9%				
	Frequentemente	48	53,3%				
	Sim, sempre	33	36,7%				
Impacto social	Não percebi	2	2,2%	1	5	3,99	1,086
	Pouco, às vezes	10	11,1%				
	Indiferente	11	12,2%				
	Frequentemente	31	34,4%				
	Sim, sempre	36	40%				
Desigualdade exclusão e	Não percebi	4	4,4%	1	5	3,66	1,273
	Pouco, às vezes	19	21,1%				
	Indiferente	12	13,3%				
	Frequentemente	24	26,7%				
	Sim, sempre	31	34,4%				
Políticas Públicas	Não percebi	6	6,7%	1	5	3,57	1,290
	Pouco, às vezes	19	21%				
	Indiferente	9	10%				
	Frequentemente	30	33,3%				
	Sim, sempre	26	28,9%				
Troca de saberes	Não percebi	3	3,3%	1	5	4,03	1,096
	Pouco, às vezes	9	10%				
	Indiferente	7	7,8%				
	Frequentemente	34	37,8%				
	Sim, sempre	37	41,1%				
Diálogo	Não percebi	2	2,2%	1	5	3,77	1,028
	Pouco, às vezes	11	12,2%				
	Indiferente	15	16,7%				
	Frequentemente	40	44,4%				
	Sim, sempre	22	24,4%				

Fonte: Dados da pesquisa

Assim sendo, é possível constatar que a universidade está conseguindo promover seu papel como agente de desenvolvimento na região onde está inserida, tendo como principais meios os atributos essenciais presentes em uma efetiva extensão universitária. Estes atributos dizem respeito, sobretudo, a duas diretrizes estipuladas pelo FORPROEX (2007), a saber: Impacto e transformação e Interação dialógica.

As características descritas nas diretrizes supracitadas mostram meios pelos quais a universidade deve contribuir para o desenvolvimento regional. Assim sendo, destaca-se a instituição de ensino estabelecendo uma relação com os demais atores da sociedade, voltada diretamente para as necessidades da comunidade, tendo uma relação entre universidade e setores sociais que tenha por objetivo à superação da desigualdade e da exclusão, vínculo no processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, e a interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas (FORPROEX, 2007).

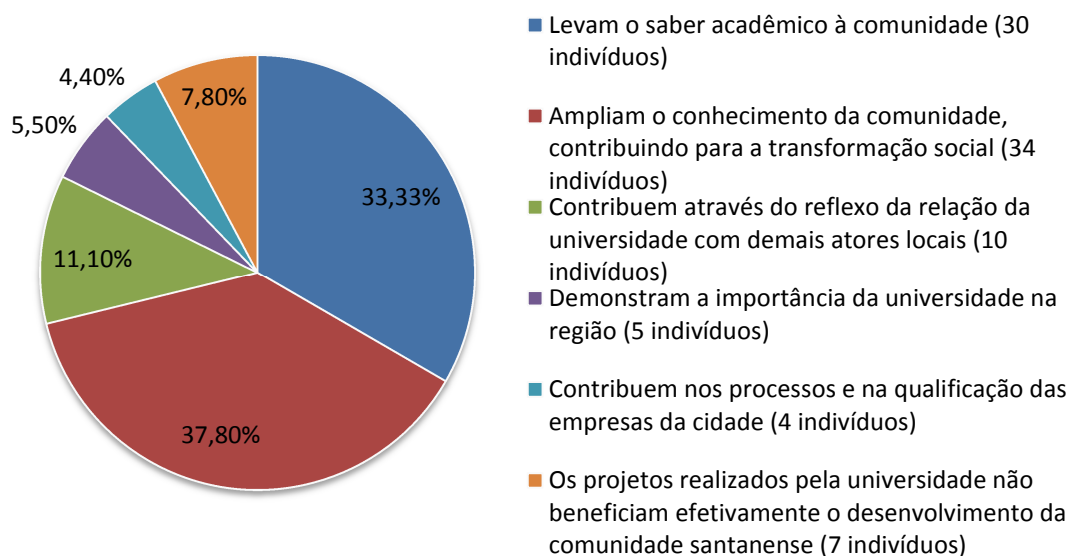
Com base nessas diretrizes, nas variáveis do constructo “Extensão-Desenvolvimento” e na percepção dos alunos extensionistas, vê-se a UNIPAMPA contribuindo no desenvolvimento da região e da cidade de Santana do Livramento através de suas ações de extensão, onde estão presentes inúmeras características que são evidenciadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão como vínculo necessário entre Instituições de Ensino Superior e sociedade, deste modo contribuindo para o desenvolvimento regional.

4.1.6 Benefícios e contribuições das ações de extensão da UNIPAMPA para o desenvolvimento da cidade de Santana do Livramento

Após verificar, através da percepção da comunidade santanense e acadêmica, que a UNIPAMPA está servindo como agente para o desenvolvimento da cidade de Santana do Livramento mostra-se interessante vislumbrar os principais benefícios e as contribuições que as ações de extensão da universidade estão oferecendo aos moradores do município.

Os benefícios e contribuições das ações extensionistas da UNIPAMPA foram em primeiro momento destacados pelos acadêmicos da instituição, que formaram suas percepções a partir do contato com a comunidade santanense durante suas participações em ações de extensão, conhecendo assim a realidade em que a universidade está inserida. Questionados sobre a maneira em que acreditam que os projetos de extensão da UNIPAMPA contribuem para o desenvolvimento local, os alunos mostraram-se divididos em seis diferentes respostas (Gráfico 7), que vão desde ampliação do conhecimento a comunidade até a opção negativa de não acreditarem que a universidade consegue efetivamente beneficiar o desenvolvimento da cidade.

Gráfico 7 - Contribuições das ações de extensão para o desenvolvimento da cidade de Santana do Livramento (visão dos acadêmicos)



Fonte: Dados da pesquisa

Grande parcela dos acadêmicos entrevistados acredita que as contribuições vindas das ações de extensão da universidade são a de levar o saber acadêmico para a comunidade e ampliar o conhecimento desta, corroborando para a que haja transformação social (70,41%). Isto reafirma o que Wanderley (1988) caracteriza como sendo o papel da Universidade na sociedade e ratifica o cumprimento da LDB de 1996, que prediz em seu texto que a transferência de saberes para a comunidade é uma das finalidades da educação superior.

Os discentes identificam que da relação da universidade com os demais atores locais surgem reflexos capazes de contribuir para o desenvolvimento do município, desta forma indo além da concepção de uma universidade voltada apenas a assistência social, mas de fato sendo mediadora e fornecendo apoio essencial para o crescimento de diferentes aspectos da sociedade. Para tanto, é possível afirmar que os acadêmicos conseguem sinalizar uma interação dialógica entre instituição de ensino e os atores sociais (FORPROEX, 2007).

Ainda sob o ponto de vista dos acadêmicos, destaca-se que a Universidade, através de suas atividades de extensão, está contribuindo para a melhoria dos aspectos organizacionais do mercado da cidade de Santana do Livramento. Com isso, é possível ver a indissociabilidade do ensino da pesquisa e da extensão no contexto em que a instituição está vivenciando, onde os acadêmicos através de diferentes ações conseguem colocar seu

aprendizado em prática e favorecem aspectos econômicos e melhorias nas organizações do município.

Sob um ponto de vista negativo, 7,80% dos respondentes acreditam que a universidade não está beneficiando efetivamente os moradores do município. A presente pesquisa não identificou os motivos que levam esta parcela de respondentes a não reconhecer tal fato, acredita-se que possa se tratar de uma consequência da falta de acompanhamento, por parte dos alunos, do término de alguns projetos ou ainda o abandono dos acadêmicos de ações no qual estavam inseridos.

Se na opinião da maioria dos acadêmicos a universidade está de diferentes formas oferecendo contribuições e benefícios para o desenvolvimento da cidade, do ponto de vista de grande parte da comunidade santanense tais benefícios não estão sendo percebidos. Isso porque, quando questionados sobre as ações da universidade que estão contribuindo para o desenvolvimento da região, tem-se 89,30% da amostra evidenciando não identificar atividades que tragam benefícios para a comunidade.

O restante da amostra, composta por 29 indivíduos, afirma que as ações que contribuem com o desenvolvimento da região são aquelas que promovem a ligação das atividades que relacionam ensino, pesquisa e extensão. Os respondentes vislumbram a universidade disseminando os saberes produzidos dentro da instituição para a comunidade através da inserção de acadêmicos no meio social e por meio de ações de cunho comunitário. As percepções vindas dos acadêmicos e dos moradores do município, relacionam-se entre si, e juntas certificam o conceito definido pelo FORPROEX (1987) de extensão universitária.

É importante observar a grande dificuldade que os respondentes do município possuem quanto a conseguirem compreender a atuação da universidade no meio externo. Supõem-se que isso se dê em virtude de haver uma lacuna no processo de divulgação das ações extensionistas. Sabe-se, através dos dados apresentados anteriormente, que a universidade está conseguindo exercer seu papel de agente social e que os moradores do município conseguem identificar e perceber a presença da instituição de maneira positiva, os acadêmicos da instituição ratificam tal afirmação, no entanto, mostrou-se predominante a necessidade de um processo de divulgação avançado e que consiga efetivamente alcançar diferentes públicos para as ações de extensão desenvolvidas e executadas pela UNIPAMPA.

Torna-se impossível afirmar tal questão, entretanto, acredita-se que os residentes do município identifiquem a presença da universidade, mas ainda não possuam um discernimento completo sobre os reais benefícios que a instituição, presente na cidade há 10

anos, veem agregando no processo de desenvolvimento da região. Ou ainda, não consigam, por distintos motivos, compreender ao certo a penetração das melhorias ocasionadas pelas ações de extensão da universidade.

Terminada nesse capítulo as análises dos dados coletados no decorrer desta pesquisa, passa-se para as considerações finais do presente estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da coleta de dados realizada com os acadêmicos da UNIPAMPA e com os moradores do município de Santana do Livramento, foi possível verificar percepções sobre as ações de extensão da universidade como meio para o desenvolvimento da região. Verificou-se o perfil sociodemográfico destes respondentes que estão divididos em duas amostras distintas.

A primeira, composta pelos residentes do município, é formada em sua maioria por mulheres, com idade até 30 anos, solteiras ou casadas, tendo como nível de escolaridade o ensino médio realizado em escola pública. A renda destes respondentes equivale de um a três salários mínimos. A segunda amostra é composta por acadêmicos que participam ou participaram de ações de extensão da universidade. Estes alunos são, majoritariamente, jovens solteiros que estão cursando sua primeira graduação.

Em atendimento aos objetivos do presente estudo e tendo em vista responder as questões inicialmente levantadas, mostra-se necessário apresentar alguns resultados alcançados, ressaltando que tais resultados estão sob a ótica dos respondentes das duas amostras.

Grande parte da população santanense apresenta ter conhecimentos sobre a presença da universidade no município, sendo que a maioria obtém informações sobre as atividades da instituição pelas mídias da cidade. Pode-se perceber a compreensão da comunidade referente às ações de extensão da instituição de ensino, através das atividades nas quais os indivíduos participaram ou conheciam. Entretanto, evidencia-se que uma parcela significativa da população demonstrou não obter conhecimento sobre a instituição e sobre as ações de extensão da mesma, o que caracterizou a baixa participação e inserção da comunidade nas atividades da universidade.

Neste sentido, considera-se que as ações de extensão da UNIPAMPA campus Santana do Livramento conseguem alcançar de forma modesta a comunidade santanense. Tendo em vista o pouco conhecimento que a comunidade apresentou demonstrar sobre as ações da instituição. Mostra-se pertinente evidenciar a necessidade de uma maior divulgação das atividades que a universidade vem realizando, não somente as que referem-se a extensão universitária, mas também informações pertinentes sobre o funcionamento e notícias da universidade, visando uma proximidade ainda maior com a comunidade onde a universidade está inserida.

Os discentes da UNIPAMPA, que estão divididos entre os cinco cursos ministrados no campus, parecem perceber a extensão feita pela universidade como ações que estão de acordo com as características estipuladas FORPROEX e que seguem as definições pactuadas no Plano Institucional da Universidade. Com base nas percepções dos acadêmicos, foi possível verificar que as ações de extensão estão voltadas para atividades sociais, e que em contrapartida contribuem para a formação completa dos estudantes. Ou seja, a partir do contato com a comunidade santanense, a UNIPAMPA, por intermédio de seus alunos, pode conhecer a realidade em que está inserida e trabalhar para, de maneira positiva, transformá-la, ao mesmo tempo, os acadêmicos, docentes e técnicos administrativos elaboram novos *práxis* de conhecimento com o saber da sociedade.

Todavia, pode-se compreender que os discentes apresentam dificuldades em participar de ações de extensão devido à dificuldade na obtenção de informações. Os acadêmicos evidenciam ainda, a necessidade de apoio vinda da direção e dos docentes da instituição para que haja melhoria nos processos relacionados às ações de extensão universitária.

A compreensão de ambas as amostras demonstra a UNIPAMPA conseguindo promover seu papel como agente social de desenvolvimento regional, tendo como principais meios a relação da universidade com os demais atores da sociedade, a inserção nas demandas vindas das necessidades da comunidade, contribuições para a diminuição da desigualdade e exclusão social e a geração de novos conhecimentos para a sociedade. Destaca-se ainda, a UNIPAMPA no processo de inter-relação das organizações e profissionais. Nota-se, portanto, o reflexo das três funções da universidade, ou seja, do ensino, da pesquisa e da extensão.

A UNIPAMPA como agente de desenvolvimento regional, na visão dos respondentes, se dá a partir das atividades que relacionam a aproximação do ensino da pesquisa e da extensão, mais precisamente identificam-se sendo as contribuições que levam o saber acadêmico até a comunidade, ampliando os conhecimentos da mesma de forma a contribuir com a transformação social. É necessário salientar que grande parte da comunidade santanense não consegue compreender as contribuições das ações de extensão da universidade. O que não necessariamente identifica que a universidade não está contribuindo para com a cidade/região, bem como não significa que a comunidade não consiga perceber a presença e a importância da instituição. É possível apenas afirmar que alguns moradores não conseguem descrever os benefícios e contribuições vindos dos projetos, e baseando-se nas demais respostas e constructo é evidente a percepção positiva da comunidade sobre a inserção da universidade no meio social.

Com base no exposto, conclui-se que a Universidade Federal do Pampa, está por meio de suas ações de extensão colaborando com o desenvolvimento da região onde está inserida. Alçada na conceituação teórica sobre o tema foi possível responder a todos os objetivos em que está pesquisa se propunha. Identificou-se a universidade servindo como agente transformador da realidade social, contribuindo para a produção de diversos saberes e os exteriorizando para ser aplicados na realidade local, seja esta exteriorização feita através de cursos, eventos, projetos, palestras, dentre outros.

No entanto, mostra-se evidente a necessidade de melhoria nas formas de divulgação e acompanhamento das ações de extensão. A divulgação a que se destaca deve alcançar tanto público interno quanto externo. Acredita-se que com isso ações de cunho extensionistas sairão somente do meio acadêmico e contarão com maior participação da comunidade, bem como com maior número de alunos envolvidos nessas ações.

Seguindo exemplos de outras IES e Institutos Federais (IFS), sugere-se que a instituição inicie discussões sobre uma possível curricularização das atividades de extensão, onde 10% da carga horária dos cursos de graduação seja dedicada a realização de ações de extensão. Assim, a extensão universitária deixa de fazer um papel secundarista, facultado aos discentes, e passa a ser parte efetiva da formação integral dos mesmos. Desta maneira, espera-se que a UNIPAMPA consiga penetrar em áreas não acessadas até então, ao passo que os discentes vivenciem novas experiências ainda não ofertadas nos atuais currículos e que novas metodologias de aprendizagem e pesquisas possam ser fomentadas.

Com isso, acredita-se que a inserção da universidade na cidade de Santana do Livramento tornar-se-á ainda maior, refletindo no aumento do número de indivíduos beneficiados pelas ações de extensão. Logo, efetivando a UNIPAMPA como agente de desenvolvimento regional, conseguindo disseminar sua importância no desenvolvimento e no aumento da qualidade de vida da comunidade.

Por fim, espera-se que os dados e conclusões deste estudo sirvam de ferramenta para que a universidade possa orientar suas ações de extensão, acarretando em maiores benefícios para a comunidade santanense e acadêmica, e que também possa corroborar para o entendimento de como as ações da universidade estão servindo para o desenvolvimento da região nos últimos 10 anos.

Sugerem-se ainda novos estudos acerca do tema, para que novas percepções possam ser vislumbradas e para que novos aspectos da gestão da extensão universitária feita pela instituição possam ser evidenciados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do Governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, v 24, n. 57, p.113 – 126, 2016.

ALVES PIMENTEL, Geyza. **Universidade e Políticas de Extensão no Brasil do Governo Lula**: período de 2003 a 2010. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, 2015. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131537/000973370.pdf?sequence=1>> Acesso em: 05 de mar. 2016.

BARBOSA, Valeska Cristina. **Extensão Universitária**: proposição e validação de um Instrumento de avaliação da percepção dos discentes. Dissertação (mestrado) – Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Empresariais, 2012. Disponível em:<<http://www.fumec.br/anexos/cursos/mestrado/dissertacoes/completa/valeska-cristina-barbosa.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante** – o equívoco da extensão universitária. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL.**Lei nº 5.542**, de 28 de novembro de 1968. Lei básica da Reforma Universitária. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 28 nov. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____.**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 11.640, de janeiro de 2008. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 14 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____.**Plano Nacional de Educação 2014-2024(PNE)**: Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, edições câmara, 2014.

CERQUEIRA, Sebastião Ailton da Rosa; COLOSSI, Nelson. Estudo da função extensionista e assistencial do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. In: SILVEIRA, Amélia; COLOSSI, Nelson; SOUSA, Claudia Gonçalves. **Administração Universitária**: estudos brasileiros. Florianópolis: Insular, 1998, p. 177 – 212.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CUNHA, Luiz Antonino. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Teixeira Marta Eliane; FILHO, Luciano Mendes da de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p.151 – 204.

DE AZEVEDO, Neves Mário Luiz; ANDRADE OLIVEIRA, Dalila. A atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918). Ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais? **La reforma universitária: desafíos y perspectivas noventa añosdespués**. Buenos Aires: CLACSO, 2008, p. 66 – 78.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Organização de Edison José Corrêa. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Edição atualizada em julho de 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2016.

FAGUNDES, José. **Universidade e Compromisso Social** – Extensão, limites e perspectivas. 1985. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Departamento de Filosofia e História da Educação, 1985. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000018048&fd=y>>. Acesso em: 17 abri. 2016.

FREITAS, André Luís Policani; RODRIGUES, Sidilene Gonçalves. Avaliação da confiabilidade de questionários: uma análise utilizando o coeficiente alfa de Cronbach. In: XII Simpósio de Engenharia de Produção, 2005, Bauru - SP. **Anais eletrônicos...** Bauru: SIMPEP. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep_aux.php?e=12>. Acessoem: 09 abri. 2016.

FRESÁN OROZCO, Magdalena. La extensión universitaria y la Universidad Pública.**Reencuentro**, n. 39, p.47-54, abril, 2004.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da educação brasileira. 4. Ed. São Paulo: Cortez,2009

GIL, Antonio Carlos.**Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GURGEL, Roberto Mouro. **Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?**.São Paulo: Cortez, 1986.

HAIR JR., Joseph Franklinet al. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005

HOFF, DéboraNayarHoff; SAN MARTIN, AlineSchimidt; SOPEÑA, Mauro Barcellos. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da UNIPAMPA em Santana do Livramento. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157 –183, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem da população 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431710>>. Acesso em: 24 maio 2016.

JEZINE, Edineide. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2004, Belo Horizonte. **Anais eletrônico...2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Disponível em:<<https://www.ufmg.br/congrect/Gestao/Gestao12.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

KERR, Clark. **Os usos da Universidade**. 15 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEVINE, David M. et al. **Estatística**: teoria e aplicações usando o Microsoft Excel em português. 8.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MACHADO, Adriano. **A construção da extensão universitária brasileira, as políticas institucionais e o compromisso social das universidades**: um estudo sobre a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós Graduação em Educação, 2009. Disponível em: Acesso em: 02 mai. 2016.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARTINS, Eliecília de Fátima. Extensão como componente curricular: oportunidade de formação integral e de solidariedade. **Revista Ciências & Cognição**, v. 13, n. 2, p. 201-209, jul. 2008.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing**: metodologia, planejamento. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTA, Isabela Braga. **O impacto do Programa Bolsa Família sobre o empoderamento de suas beneficiárias e sua relação com o IGD em Minas Gerais**. 2011. Monografia (bacharelado em administração) - Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa, 2011.

NICÁCIO, José Angelo. A ação da Extensão Universitária no desenvolvimento de municípios de médio e pequeno porte – proposição de um programa para as universidades estaduais do Paraná. V Encontro Paranaense de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais e Aplicadas e VII Seminário do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas de Cascável. **Anais eletrônicos...**

Cascavél/PR: 2009. Disponível em: <
http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VIIISeminario/PESQUISA/ADMINISTRACAO/ARTIGO_23.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2016.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIAS, Dóris Santos (Org.) **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: UNB, 2001. p.57- 72.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n. 2, p. 37-48, mai/ago. 2002.

OLIVEIRA, João Ferreira. Os papéis sociais e a gestão das universidades federais no Brasil. In: XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2013,Recife. **Anais eletrônicos...**Disponível em:<<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/joaoFerreira-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 23 abri. 2016.

PAES DE BARROS, R.; PORTELA, A.; JUNIOR, A. B. L.; CAILLAUX, E.; VERAS; F.; QUIROGA, J.; FOGUEL, M.; MEIRELLES, R.; ROCHA, R. SOUZA, A.; GIANNETTI, E.; BRITO, M. H.; CHAUI, M. S.; JANUZZI, P.; PAES, R.; MASCARENHAS, A; NINIS, A. B.; LAMY, C.; GROSNER, D.; GABRIEL, J. J.; BUGARIN, K.; , A.; FRANCO, S.; BRAGA, R.W. (SAE). **Relatório de definição da classe média (2012)**. Disponível em: <
<http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rioDefini%C3%A7%C3%A3o-da-Classe-M%C3%A9dia-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2016.

PALMA FILHO, João Cardoso. A Educação Brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas. In: **Pedagogia Cidadã**. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. Ed. São Paulo: PROGRAD/UNESO – Santa Clara Editora, 2005 – p. 61 – 74.

PAULA, João Antônia. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces – Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p.05-23, 2013.

PAULA, Maria de Fátima. **A modernização da universidade e a transformação da intelligentzia universitária**. Florianópolis: Insular, 2002.

REIS, Amanda Lima; BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti. A Responsabilidade Social de Instituições de Ensino Superior: Uma reflexão sistêmica tendo em vista o desenvolvimento. 8º Congresso Brasileiro de Sistemas. PUC Minas – Campus Poços de Caldas, setembro de 2012. **Revista Gestão e Conhecimento**, p. 423 – 432. Disponível em: <
http://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/esp1_8cbs/25.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012;

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, V. 35, N. 3 (ano 33), p.87-102, 2009.

ROSA, Jeniffer Rafaella Matoso Vieira da; ROCHA, Dalva Cassie. A Extensão como elo do Ensino e da Pesquisa Universitária. *Revista Conexão UEPG*, v. 11, n. 3, p. 356-363, 2015.

SÁNCHEZ DE MANTRANA, Mirna. La extensión universitaria en Venezuela. *Educere*, v. 8, n. 24, pag. 83-94, 2004.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez, 1986.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Extensão Universitária: Um conceito em transformação. XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino – UNICAMP, 2012 Campinas. **Anais Eletrônicos...**Campinas: ENDIPE, 2012. Disponível em:<http://www.infoteca.inf.br/endiipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/3473d.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SANTOS, Adilson Pereira dos Santos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis:2009. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino%20Superior%20trajetoria%20historica%20e%20politicass%20recentes.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SANTOS, Glauber de Almeida Freitas. **As instituições de Ensino Superior na cidade de Guarujá (SP) e a institucionalização das atividades de extensão**. 2014. Dissertação (mestrado em administração) -Faculdade de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo, 2014. Disponível em:<http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3495>. Acesso em: 05 abri. 2016.

SANTOS, José Ricardo Rosa dos. **Universidade Pública e desenvolvimento local**: a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no período de 1991 a 2008. Bahia: Editus, 2013.

SANTOS, Marcos Pereira dos Santos. Contributos da Extensão Universitária brasileira a formação acadêmica docente e discente no século XXI: Um debate necessário.**Revista Conexão UEPG**, v. 6, n. 1, p. 10 – 15, 2010.

SERNA, Gonzalo Aquiles Alcántara. Misión social y modelos de extensión universitaria: del entusiasmo al desdén. **Revista Iberoamericana de Educación**,n.43: p. 3-25, 2007.

SILVA, Enio Waldir.**Extensão Universitária no Rio Grande do Sul**: Concepções e Práticas. 2003. Tese - (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. Disponível em:<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3780/000392869.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

SILVA, Francisco Carlos Lopes. **Universidade e Extensão**: A trajetória em um centro universitário. 2008. Tese(doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92038>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

SLEUTJES, Maria Helena Silva Costa. Refletindo os três pilares de sustentação das universidades: ensino – pesquisa – extensão. **RAP**, v. 33, n. 3, p. 99-111, 1999.

SOUSA, Ana Luíza. Lima **A História da Extensão Universitária**. 2ª. ed. Campinas: Alínea, 2010

SOUSA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, Olga Suely Soares de. A extensão universitária e as universidades populares. **Revista da Faced**, n. 9, p. 253-264, 2005.

TEIXEIRA, Pedro Nuno. Extensão Universitária na Europa: A Terceira Missão. Entrevista concedida a Manoel Maximiano Junior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 6, n. 1, p. 59-62, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3069/pdf>> . Acesso em: 03 de mai. 2016.

TUBINO, Manoel José Gomes. Universidade, Ciência e Tecnologia. In: Tubino, Manoel José Gomes (org.). **A Universidade Ontem e Hoje**. São Paulo: Ibrasa, 1984.

UNIPAMPA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Bagé: UNIPAMPA, 2013.

WALDOW, Carmem. As políticas educacionais do Governo Dilma, a formação para o trabalho e a questão do PRONATEC: Reflexões iniciais. In: X ANPED SUL, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: ANPED SUL, 2014. Disponível em: Acesso em: 23 abri. 2016.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade?**. São Paulo: Editora Brasiliense. 9. ed.– Coleção Primeiros Passos, 1988.

APÊNDICES

APÊNDICE 1- Questionário de percepção sobre extensão universitária direcionado a comunidade santanense.

Prezado (a),

Este questionário faz parte do trabalho final de conclusão do curso de Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, cujo objetivo é estudar o papel da Universidade de seus projetos de extensão. Solicito sua colaboração no sentido de responder as questões elaboradas sobre sua percepção em relação as atividades de Extensão da Universidade. Salienta-se a importância da sua participação, bem como a informação que os dados são sigilosos e de uso exclusivo da presente pesquisa.

Ressalta-se a necessidade de não apresentar vínculo empregatício e acadêmico com a UNIPAMPA para que se possa responder a este questionário.

Desde já agradeço a sua contribuição.

Acadêmica: Mikaela Daiane Prestes Floriano

Coordenadora: Isabela Braga da Matta

E-mail para contato: mikaelapfloriano@gmail.com

BLOCO 1 – PERFIL DO ENTREVISTADO

1. Bairro: _____
2. Qual o sexo? () Feminino () Masculino () Outros/indefinido
3. Qual a sua faixa de idade:
() até 25 anos () de 26 a 30 anos () de 31 a 35 anos () de 36 a 40 anos () de 41 a 45 anos () de 46 a 50 anos () mais de 50 anos
4. Qual seu nível de escolaridade:
() Nível Fundamental Incompleto () Nível Fundamental Completo () Nível Médio Incompleto () Nível Médio Completo () Nível Superior Incompleto () Nível Superior Completo () Pós-graduação Incompleta () Pós-graduação Completa
5. Como fez seus estudos de Ensino Fundamental (1º Grau)?
() Integralmente em Escola Pública () Integralmente em Escola Particular () Maior parte em Escola Pública () Maior parte em Escola Particular () Outro _____
6. Como fez seus estudos de Ensino Médio (2º Grau)?
() Integralmente em Escola Pública () Integralmente em Escola Particular () Maior parte em Escola Pública () Maior parte em Escola Particular () Outro _____
7. Qual seu estado Civil?
() Solteiro(a) () Casado(a)/união estável () Separado/ Divorciado(a) () Viúvo(a) () Outros
8. Qual sua renda familiar mensal?
() De R\$880,00 a R\$1.760,00 () De R\$1.761,00 a R\$2.640,00 () De R\$2.641,00 a R\$3.520,00 () De R\$3.521,00 a R\$4.400,00 () De R\$4.401,00 ou mais
9. Você conhece a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA? () Sim () Não

10. Como você conheceu a UNIPAMPA?

BLOCO 2 – DESENVOLVIMENTO

Marque um X no espaço que corresponder a sua resposta, sendo:

1 – Discordo Totalmente 2- Discordo 3 – Não discordo, nem concordo 4 – Concordo 5 – Concordo Totalmente

QUESTÕES					
11. A presença da UNIPAMPA é importante nesta região.					
12. O papel da Universidade vai além de formar profissionais para o mercado de trabalho.					
13. A implantação da UNIPAMPA trouxe mudanças para o desenvolvimento da região.					
14. A relação entre Universidade e comunidade é importante para o desenvolvimento da região.					
15. A UNIPAMPA pode ser vista como geradora de desenvolvimento para a cidade de Santana do Livramento.					
16. A UNIPAMPA influencia a economia da cidade de Santana do Livramento.					
17. A UNIPAMPA estimula a cultura em Santana do Livramento.					
18. A UNIPAMPA modifica relações sociais em Santana do Livramento.					

BLOCO 3 – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Marque um X no espaço que corresponder a sua resposta, sendo:

1 – Discordo Totalmente 2- Discordo 3 – Não discordo, nem concordo 4 – Concordo 5 – Concordo Totalmente

QUESTÕES					
19. Existe interação da UNIPAMPA com a comunidade.					
20. As ações realizadas pela UNIPAMPA possibilitam melhorias para a comunidade santanense.					
21. A UNIPAMPA consegue transmitir e disseminar o conhecimento produzido dentro da universidade para a comunidade santanense.					
22. A UNIPAMPA tem reforçado seu papel de prestadora de serviço à sociedade.					
23. Os projetos realizados pela UNIPAMPA servem como instrumento de superação das desigualdades sociais.					
24. Os projetos desenvolvidos pela UNIPAMPA possuem impacto social na comunidade.					

Conhecimento sobre a UNIPAMPA

25. Você conhece algum projeto desenvolvido pela UNIPAMPA? () Sim () Não
26. Você conhece algum projeto realizado por outro órgão em parceria com a UNIPAMPA?
() Sim () Não
27. Você já foi a algum evento realizado pela UNIPAMPA? () Sim () Não
28. Você conhece algum dos projetos a seguir:

() Revitalização da Vila Pampeiro () PAMPEANO () Agenda Estratégia de Santana do Livramento () Educação Financeira para a Nova Economia

29. Você conhece algum outro projeto da UNIPAMPA?
Qual? _____

30. Quais atividades da UNIPAMPA trouxeram maiores benefícios para a comunidade santanense? _____

31. O que você entende por Extensão Universitária?

APÊNDICE 2 - Questionário de percepção sobre extensão universitária direcionado a discentes.

BLOCO 1 – PERFIL DO ENTREVISTADO						
1)	Qual seu nível de ensino: () Médio/profissional () Graduando () Graduado () Pós-graduando () Outro, qual?					
2)	Qual sua origem escolar: () Pública () Particular () Pública e particular () Particular com bolsa () Supletivo público () Supletivo particular () Outro					
3)	Qual o turno em que frequenta as aulas: () Diurno () Noturno					
4)	Qual o curso está freqüentando nas UNIPAMPA:					
5)	Há quanto tempo estuda na UNIPAMPA: () Até 1 ano () De 1 a 2 anos () De 2 a 3 anos () 3 anos ou mais					
6)	Sexo: () Feminino () Masculino () Indeterminado					
7)	Estado civil: () Solteiro () Casado/união estável () Separado/divorciado () Viúvo () Outro					
8)	Como declara a sua cor/raça? () Branca () Negra () Parda () Amarela () Indígena					
9)	Qual sua idade: () 14 a 17 anos () 18 a 21 anos () 22 a 25 anos () 26 a 29 anos () 30 anos ou mais					
10)	Nome (opcional):					
BLOCO 2 – CONHECIMENTO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
O que entende sobre extensão universitária?						
AGORA, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR, MARCANDO APENAS UMA OPÇÃO		NÃO, NUNCA	POUCO, ÀS VEZES	INDIFE- RENTE	FREQUEN- TEMENTE	SIM, SEMPRE
11)	Você fica (ou) sabendo das atividades sociais e culturais de extensão que são realizadas pela UNIPAMPA?					
12)	Você participa dos eventos de extensão da Universidade?					
13)	Você participa (ou) de cursos de extensão da UNIPAMPA?					
14)	Você conhece (u) alguma atividade de extensão desenvolvida na UNIPAMPA?					
15)	Você recebeu informações sobre a extensão quando ingressou na Universidade?					
16)	Você já foi informado ou tomou conhecimento sobre os programas ou projetos de extensão desenvolvidos na UNIPAMPA?					

17) As informações sobre a extensão universitária na UNIPAMPA atendem as suas necessidades?					
18) Você concorda que nas ações de extensão existe igualdade de acesso para a participação dos graduandos?					
19) Você recebeu informações dos professores sobre a extensão universitária?					
20) Você acessa o site da Pró-Reitoria de extensão?					
21) Você busca (ou) informações no Sistema de Informação da Extensão Unipampa					
22) Qual tipo de ação de extensão da UNIPAMPA que você conhece (pode ser marcada mais de uma opção): () programa () projeto () prestação de serviço () cursos () eventos					
BLOCO 3 – PERCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA					
Quanto às <u>ações de extensão</u> da UNIPAMPA <u>que conhece</u>, você percebe que:	NÃO PERCEBI	POUCO, ÀS VEZES	INDIFERENTE	FREQUENTEMENTE	SIM, SEMPRE
23) Estão articuladas com a pesquisa e o ensino					
24) Contribuem de alguma forma para a formação acadêmica dos alunos					
25) Contribuem para a democratização do ensino					
26) Propiciam a articulação de saberes entre diferentes áreas do conhecimento					
27) Contribuem para interrelação de organizações e pessoas por meio de metodologias, modelos e conceitos					
28) Contribuem para a transformação e impacto social da comunidade					
29) Contribuem para a superação de desigualdades e exclusão					
30) Contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário, democrático e sustentável					
31) Contribuem para a troca de saberes entre Universidade e outros setores da sociedade					
32) Estão interligados a setores sociais estimulando o diálogo					
33) A participação em ações pode ser computada para integralização curricular					

Quanto à participação em programa e projeto					
Quanto a sua participação em ações de extensão, você concorda que:	NÃO, NUNCA	POUCO, ÀS VEZES	INDIFERENTE	FREQUENTEMENTE	SIM, SEMPRE
34) Contribui (u) para um melhor desempenho acadêmico					
35) Contribui (u) para a inserção profissional					
36) Proporciona(ou) participar da produção de artigos, livros ou outras produções científicas					
37) Contribui (u) para uma formação integral conciliando teoria e prática					
38) Você recebe (ou) acompanhamento pedagógico do coordenador ou outro membro da equipe					
39) Você colabora (ou) nas atividades de planejamento e avaliação da ação de extensão					
40) Você teve a sua participação integralizada curricularmente					
41) Você tem ou teve dificuldade para integralizar créditos pela sua participação					
42) Você considera que as seleções para bolsas de extensão são adequados e asseguram igualdade no acesso					
43) A bolsa de extensão contribui para a permanência dos alunos na Universidade					
BLOCO 4 – DIFICULDADES E NECESSIDADES DA PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE EXTENSÃO					
44) Agora marque com “x” no principal motivo (apenas um) que dificulta (ou) a sua participação em ações de extensão:					
1 – Falta de informações sobre as ações de extensão					
2 – Falta de orientação sobre como funciona a participação dos alunos					
3 – Falta de tempo disponível para conciliar aula e outras atividades					
4 – O processo de seleção					
5 – Falta de ações de extensão na minha área de formação					
6 – Falta de apoio financeiro ou o apoio é insuficiente (bolsas, passagens e outros)					
7 – Não participo (ei) porque não tenho interesse					
8 – Não percebo nenhuma dificuldade para participar de ações de extensão					
9 – Outro, qual:					
45) De que maneira você acredita que os projetos de Extensão da UNIPAMPA contribuem para o desenvolvimento da cidade de Santana do Livramento?					
REGISTRE OBSERVAÇÕES OU COMENTÁRIOS COMPLEMENTARES (OPCIONAL):					

ANEXO

ANEXO 1 – Questionário dissertação Barbosa (2012).

QUESTIONÁRIO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA				
Prezado aluno(a), sou mestrande em administração pela FUMEC – Fundação Mineira de Educação e Cultura e gostaria de contar com a sua colaboração preenchendo o questionário a seguir sobre Extensão Universitária. O objetivo é avaliar a percepção dos alunos com relação à extensão na UFMG. Todas as informações fornecidas neste questionário são consideradas estritamente confidenciais e os dados reservados para uso exclusivo da pesquisa. Esclarecimentos e dúvidas, estarei a disposição no e-mail valeconomia@hotmail.com e telefone: 9115-3556. Agradeço antecipadamente. Atenciosamente, Valeska Cristina Barbosa.				
1) Gostaria de começar perguntando a sua opinião sobre o que é extensão universitária:				
AGORA, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR, MARCANDO APENAS UMA OPÇÃO				
2) Você frequenta(ou) espaços de cultura, ciência e tecnologia que desenvolvem atividades de extensão na UFMG?	NÃO, NUNCA	POUCO, ÀS VEZES	FREQUENTEMENTE	SIM, SEMPRE
3) Você conhece(ou) os espaços sociais mantidos pela UFMG, como museus, centro cultural, conservatório, entre outros?				
4) Você fica(ou) sabendo das atividades sociais e culturais de extensão que são realizadas pela UFMG?				
5) Você participa dos eventos de extensão da Universidade?				
6) Você participa(ou) de cursos de extensão da UFMG?				
7) Você conhece(u) alguma atividade de prestação de serviço de extensão desenvolvida na UFMG?				
8) Você recebeu informações sobre a extensão quando ingressou na Universidade?				
9) Você já foi informado ou tomou conhecimento sobre os programas ou projetos de extensão desenvolvidos na UFMG?				
10) As informações sobre a extensão universitária na UFMG atendem as suas necessidades?				
11) Você concorda que nas ações de extensão existe igualdade de acesso para a participação dos graduandos?				
12) Você recebe(u) informações dos professores sobre a extensão universitária?				
13) Você acessa o site da Pró-Reitoria de extensão (www.ufmg.br/proex)?				
14) Você busca(ou) informações no SIEX – UFMG (Sistema de Informação da extensão)?				
15) Você conhece alguma(s) ação(ões) de extensão da UFMG: () NÃO, passe para a questão 38. () SIM, marque qual tipo de ação de extensão que conhece, pode ser mais de uma: () programa () projeto () prestação de serviço () cursos () eventos				
Quanto às ações de extensão da UFMG que conhece, você percebe que:				
16) Estão articuladas com a pesquisa e o ensino	NÃO PERCEBI	POUCO, ÀS VEZES	FREQUENTEMENTE	SIM, SEMPRE
17) Contribuem de alguma forma para a formação acadêmica dos alunos				
18) Contribuem para a democratização do ensino				
19) Propiciam a articulação de saberes entre diferentes áreas do conhecimento				
20) Contribuem para interrelação de organizações e pessoas por meio de metodologias, modelos e conceitos				
21) Contribuem para a transformação e impacto social da comunidade				
22) Contribuem para a superação de desigualdades e exclusão				
23) Contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário, democrático e sustentável				
24) Contribuem para a troca de saberes entre a Universidade e outros setores da sociedade				
25) Estão interligadas a setores sociais estimulando o diálogo				
26) A participação em ações pode ser computada para integralização curricular				

Quanto à participação em programa e projeto:				
27) Você participa(ou) de algum programa ou projeto de extensão:				
<input type="checkbox"/> NÃO, passe para a questão 38.				
<input type="checkbox"/> SIM, continue respondendo as questões a seguir				
Quanto a sua participação em ações de extensão, você concorda que:				
	NÃO, NUNCA	POUCO, ÀS VEZES	FREQUEN- TEMENTE	SIM, SEMPRE
28) Contribui(u) para um melhor desempenho acadêmico				
29) Contribui(u) para a inserção profissional				
30) Proporciona(ou) participar da produção de artigos, livros ou outras produções científicas				
31) Contribui(u) para uma formação integral conciliando teoria e prática				
32) Você recebe(ou) acompanhamento pedagógico do coordenador ou outro membro da equipe				
33) Você colabora(ou) nas atividades de planejamento e avaliação da ação de extensão				
34) Você teve a sua participação integralizada curricularmente				
35) Você tem ou teve dificuldade para integralizar créditos pela sua participação				
36) Você considera que as seleções para bolsas de extensão são adequadas e asseguram igualdade no acesso				
37) A bolsa de extensão contribui para a permanência dos alunos na Universidade				
38) AGORA MARQUE COM "X" NO PRINCIPAL MOTIVO (APENAS UM) QUE DIFICULTA(OU) A SUA PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE EXTENSÃO:				
1 - Informações sobre as ações de extensão				
2 - Orientação sobre como funciona a participação dos alunos				
3- Tempo disponível para conciliar aula e outras atividades				
4- O processo de seleção				
5- Falta de ações de extensão na minha área de formação				
6- Falta de apoio financeiro ou o apoio é insuficiente (bolsas, passagens e outros)				
7- Não participo(ei) porque não tenho interesse				
8- Não percebo nenhuma dificuldade para participar de ações de extensão				
9- Outro, qual:				
PARA FINALIZAR, RESPONDA ALGUNS DADOS SÓCIOS DEMOGRÁFICOS				
39- Qual seu nível de ensino: <input type="checkbox"/> Médio/profissional <input type="checkbox"/> graduando <input type="checkbox"/> graduado <input type="checkbox"/> pós-graduando <input type="checkbox"/> Outro, qual _____				
40- Qual a sua origem escolar: <input type="checkbox"/> pública <input type="checkbox"/> particular <input type="checkbox"/> pública e particular <input type="checkbox"/> particular com bolsa <input type="checkbox"/> supletivo público <input type="checkbox"/> supletivo particular <input type="checkbox"/> Outro				
41- Qual o turno em que frequenta as aulas: <input type="checkbox"/> Diurno <input type="checkbox"/> Noturno				
42- Qual o curso está frequentando na UFMG:				
43- Há quanto tempo estuda na UFMG: <input type="checkbox"/> Até 1 ano <input type="checkbox"/> De 1 a 2 anos <input type="checkbox"/> De 2 a 3 anos <input type="checkbox"/> 3 anos ou mais				
44- Sexo: <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino				
45- Estado civil: <input type="checkbox"/> solteiro <input type="checkbox"/> casado/união estável <input type="checkbox"/> separado/divorciado <input type="checkbox"/> viúvo <input type="checkbox"/> Outro				
46- Como declara a sua cor / raça? <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Negra <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena				
47- Qual sua idade: <input type="checkbox"/> 14 a 17 anos <input type="checkbox"/> 18 a 21 anos <input type="checkbox"/> 22 a 25 anos <input type="checkbox"/> 26 a 29 anos <input type="checkbox"/> 30 anos ou mais				
48- Nome (opcional):				
49- Telefone e e-mail (opcional):				
REGISTRE OBSERVAÇÕES OU COMENTÁRIOS COMPLEMENTARES (OPCIONAL):				